

# Prestação de Contas Simplificada

2000



Prefeitura  
da Cidade **RIO**

# Prestação de Contas Simplificada Exercício de 2000



**Prefeitura  
da Cidade RIO**

## SUMÁRIO

Apresentação	5
Destaques do Período	6
Diagrama da Execução Orçamentária da Receita e da Despesa em 2000	7
Origem e Comprometimento de Recursos Orçamentários	8
Demonstrativo de Origens e Comprometimento de Recursos - Gráfico	8
Demonstrativo de Origens e Comprometimento de Recursos – Tabelas	10
Superávit/Déficit Orçamentário	11
Da Receita Orçamentária	12
Da Despesa Orçamentária	16
Despesa por Funções de Governo	19
Participação Percentual	20
Despesa por Órgão	21
Despesa por Órgão – Poder Executivo – Atividade-Meio	21
Despesa por Órgão – Poder Executivo – Atividade-Fim	22
Aplicação de Recursos em Projetos	23
Limites Máximos e Mínimos Previstos na Legislação	24
Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	24
Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde	25
Despesa com Pessoal	26
Demonstrativos Contábeis – Administração Direta e Indireta	26
Balanço Orçamentário	29
Balanço Financeiro	30
Balanço Patrimonial	31
Demonstração das Variações Patrimoniais	32
Notas Explicativas	34
Índices de Avaliação da Execução do Orçamento	36
Equipes de Elaboração da Prestação de Contas Simplificada 2000	38

## PRESTAÇÃO DE CONTAS SIMPLIFICADA

Exercício de 2000

Coerentemente com a defesa que se faz da necessidade de transparência no setor público e em atendimento à Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro - art. 97, o qual determina que as contas do Município fiquem anualmente à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação, a Prefeitura do Rio de Janeiro considera indispensável demonstrar em que se constituem e como se desdobram suas próprias atividades, numa *Prestação de Contas Simplificada*.

A *Prestação de Contas Simplificada* enfatiza a necessidade da contabilidade assumir seu papel social, fornecendo informações gerenciais claras, objetivas e adequadas às necessidades da população, promovendo assim a qualidade e o entendimento das informações prestadas à sociedade.

Este relatório resumido é uma prestação de contas com características especiais, pois inclui a movimentação e transações sob o comando da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a partir de sua vigência em 05 de maio de 2000. Objetivando a transparência da gestão pública municipal, e utilizando os dados extraídos do seu Sistema de Informações Gerenciais – SIG, a CGM demonstra de forma simples de onde vêm e como são utilizados os recursos públicos na Cidade do Rio de Janeiro e que tipos de ações e contribuições oferece à sociedade. Os dados apresentados referem-se aos exercícios de 1996 a 2000.

Sob este aspecto, é fundamental a apresentação de alguns destaques que evidenciam a situação econômica, patrimonial e financeira do Município do Rio de Janeiro:

- No que se refere ao endividamento, é importante observar que em 30 de março de 2000, foi consignado o primeiro Termo aditivo ao Contrato de Refinanciamento da Dívida do Município do Rio de Janeiro, com base na medida provisória 1.969-12, de 06 de janeiro de 2000, Decreto nº 3.099/99 e Resolução do Senado Federal nº 37/99. Através deste Termo, foram incorporadas dívidas renegociadas, no valor de R\$ 348 milhões, devidas à Caixa Econômica Federal e R\$ 7 milhões devidos ao BNDES, ambas em valores atualizados até 24 de setembro de 1999.

- A execução orçamentária do exercício encerrado em 31/12/2000 apresenta diversas despesas pagas e a pagar que não foram apropriadas à execução orçamentária. Tais despesas atingem o montante de R\$ 111,8 milhões. A Controladoria, no intuito de resolver esse problema, editou a Resolução CGM nº 307, de 16 de março de 2001, em que classifica, para efeito de processamento, as despesas em “Compulsória” e “Outras”, sendo que as primeiras poderão ser pagas como extra-orçamentárias e as demais mediante o reconhecimento da dívida, após uma nova atestação que configure as responsabilidades assumidas pelos atuais administradores.

- As posições financeiras do Tesouro Municipal em 31 de dezembro de 2000, são apresentadas nos termos do artigo 52 da Lei de Responsabilidade Fiscal e evidenciando as disponibilidades financeiras comparando-as com as obrigações de curto prazo.

Finalmente, com estas observações, pretendemos delimitar as responsabilidades da atual gestão em função da mudança na administração municipal iniciada em 1º de janeiro de 2001 e apresentar os destaques relatados no presente relatório, fazendo com que todos os interessados tenham uma visão mais clara, mais nítida e mais transparente, nos precisos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**LINO MARTINS DA SILVA**  
Controlador Geral do Município

## DESTAQUES DO PERÍODO

### RECEITAS

- A Receita Total até dezembro/2000 de MR\$ 4.398.574, comparada com o mesmo período em 1999, apresentou um incremento nominal de MR\$ 12.637, ou seja, 0,28%.
- As Receitas Correntes do Município corresponderam a 97% do total, cabendo os 3% restantes às Receitas de Capital.
- Dentro do grupamento de Receitas Correntes, cabe destacar a participação da Receita Tributária, que correspondeu a 41% tanto da Receita Total como da Receita Corrente, e das Transferências Correntes, que corresponderam a 48% da Receita Total e 49 % da Receita Corrente.
- A Receita Tributária apresentou em 2000 um acréscimo de 7,41% em relação à 1999, tendo sido o ISS, o grande fator de alavancagem deste aumento.
- O ISS e o IPTU vêm se mantendo, ano após ano, na liderança das Receitas Tributárias (51,37% e 33,68% respectivamente em 2000).
- As Transferências Correntes apresentaram um acréscimo de 24,78 % em relação ao ano de 1999, motivado basicamente pelo significativo aumento verificado nas Transferências da União devido a entrada de recursos para a implantação do Sistema Único de Saúde- SUS- no Município do Rio de Janeiro, no que tange a municipalização de unidades assistenciais federais. Além disso, houve repasses efetuados pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, através de termos de compromissos firmados com o Município, para a realização de serviços de ação continuada, abrigo e projeto de combate à pobreza, dentre outros.

### DESPESAS

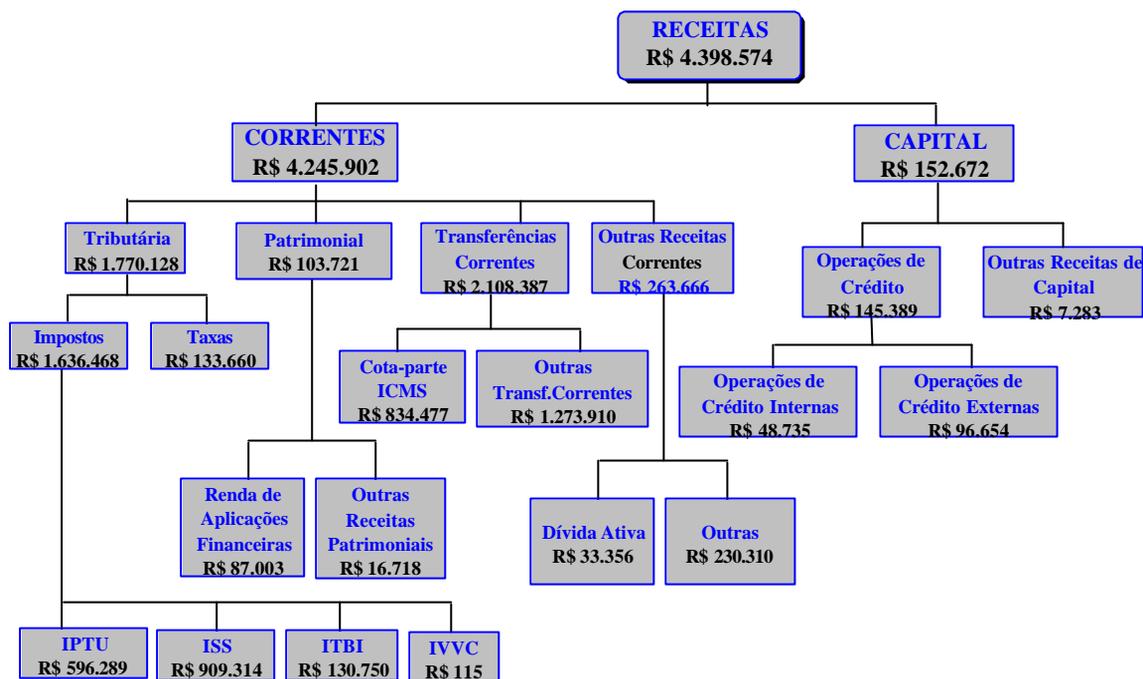
- A Despesa Total Empenhada de MR\$ 4.195.009, no exercício de 2000, sofreu um decréscimo nominal de MR\$ 26.785, apresentando uma redução de 0,63% em relação ao exercício anterior.
- Do total desta Despesa Total em 2000, 89,18% foram Despesas Correntes e 10,82% Despesas de Capital.
- No tocante às Despesas de Capital, a parcela referente a Investimentos foi responsável por 56,45% daquele total.
- As funções de governo “Educação e Cultura”, “Saúde e Saneamento” e “Habitação e Urbanismo” corresponderam, respectivamente, com 27%, 24% e 11% do total da despesa.
- A aplicação dos recursos nos 240 Programas de Trabalho do Município voltados para projetos teve o total empenhado em 2000 de MR\$ 452.250, correspondente a 76% do Orçamento Inicial Atualizado.
- A despesa aplicada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino alcançou 31,23 % do total das receitas arrecadadas de impostos e transferências, atendendo ao disposto na Constituição Federal.
- A Despesa Total de Pessoal (Adm. Direta e Indireta) paga atingiu 51,91% do total da Receita Corrente arrecadada, estando dentro dos limites da Lei Complementar Federal nº 96/99, que fixa um patamar máximo de 60%.

### SUPERÁVIT/DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO

- Confrontando-se a despesa empenhada até dezembro/2000 (MR\$ 4.195.009) com a receita arrecadada no mesmo período (MR\$ 4.398.574), apuramos um superávit orçamentário de MR\$ 203.565.

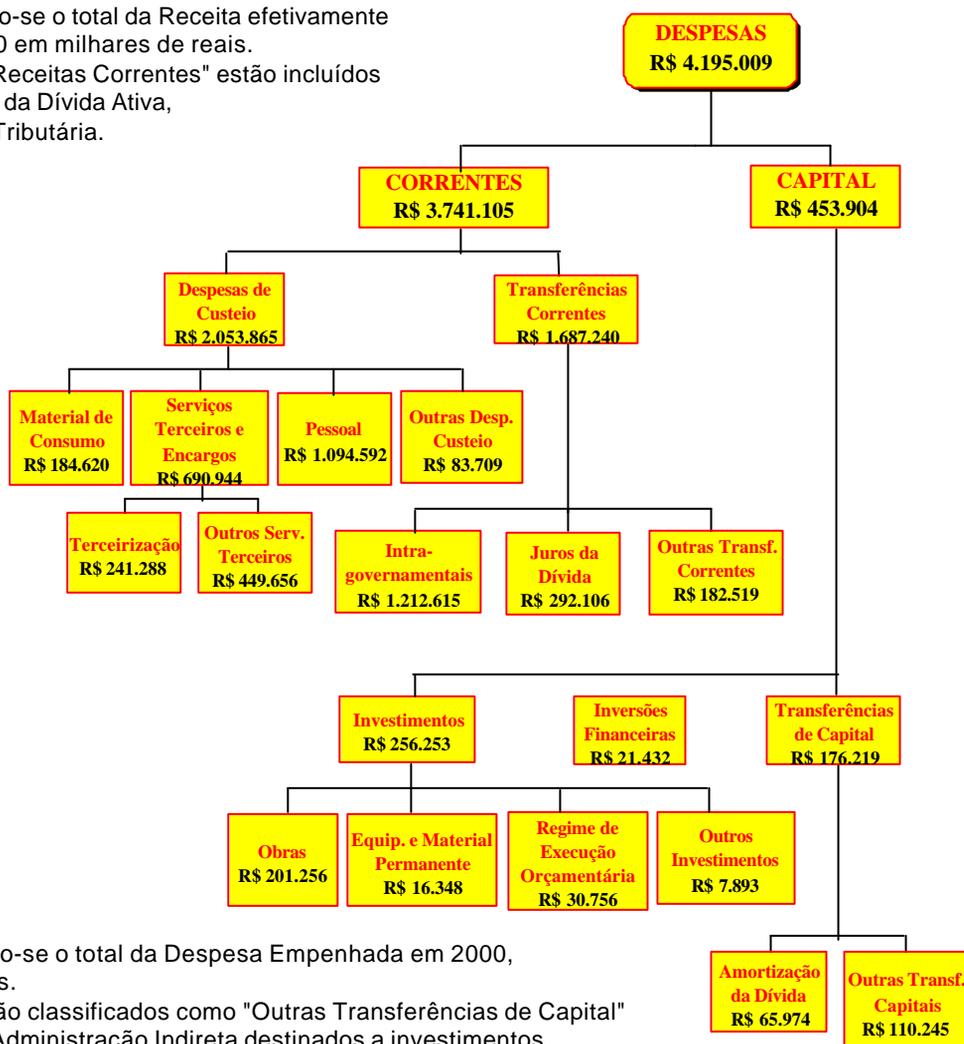
# DIAGRAMA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA E DESPESA EM 2000

## ADMINISTRAÇÃO DIRETA



**OBS 1:** Considerando-se o total da Receita efetivamente arrecadada em 2000 em milhares de reais.

**OBS 2:** Em "Outras Receitas Correntes" estão incluídos os valores da receita da Dívida Ativa, que é basicamente Tributária.



**OBS 1:** Considerando-se o total da Despesa Empenhada em 2000, em milhares de reais.

**OBS 2:** Também estão classificados como "Outras Transferências de Capital" os repasses para a Administração Indireta destinados a investimentos ou inversões financeiras, como por exemplo a execução de obras.

**OBS 3:** O conceito de Despesa com Pessoal apresentada no diagrama inclui os valores de Transferências a Pessoas.

## ORIGENS E COMPROMETIMENTO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

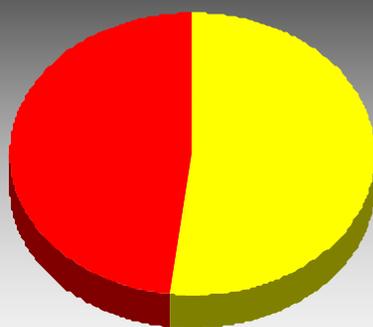
A Controladoria Geral do Município, utilizando os recursos de seu Sistema de Informações Gerenciais - SIG - , apresenta os resultados mais relevantes do ano de 2000 relativos à composição da Execução Orçamentária da Administração Direta. Para os valores apresentados neste informativo, considera-se a Receita Arrecadada e a Despesa Empenhada, sempre em milhares de reais.

### DEMONSTRATIVOS DE ORIGENS E COMPROMETIMENTO DE RECURSOS - GRÁFICO

Nos gráficos abaixo é demonstrado, em percentuais, o comportamento das principais fontes de recursos do Município, e na página a seguir as aplicações efetuadas por natureza de despesa e por função de governo:

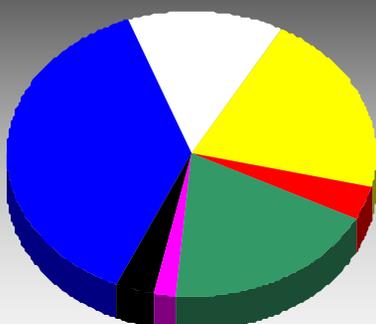
#### De onde o dinheiro vem?

##### Receita por Origem



■ Recursos Próprios	52%
■ Recursos Transferidos	48%

##### Receita por Rubrica



■ IPTU	14%
■ ISS	21%
■ Cota parte - IPVA	4%
■ Cota parte - ICMS	19%
■ Aplic. Financeiras	2%
■ Operação de Crédito	3%
■ Outros	37%

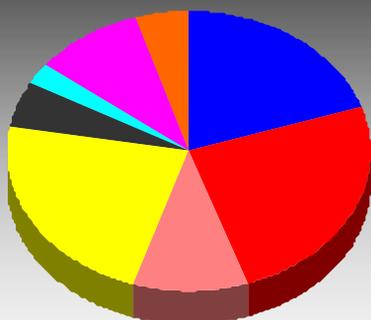
## Para onde o dinheiro vai?

### Despesa por Natureza



■	Pessoal	25%
■	Transf. Correntes Intragov.	28%
■	Obras	5%
■	Serv. Terc. Encargos	16%
■	Demais Transferências	7%
■	Dívida Interna e Externa	8%
■	Outros	8%
■	Superávit	5%

### Despesa por Função de Governo



■	Administ. / Planejamento	20%
■	Educação/Cultura	25%
■	Habitação/Urbanismo	10%
■	Saúde/Saneamento	23%
■	Assistência/Previdência	5%
■	Transporte	2%
■	Outras	10%
■	Superávit	5%

**Obs:** O conceito de despesa na função “Educação e Cultura” (gráfico acima) não é o que se utiliza para o cálculo do percentual de aplicação em “Manutenção e Desenvolvimento do Ensino”, o que pode ser acompanhado nas páginas 24 e 25.

#### NOTAS

- **Pessoal** ( inclui Transferências a Pessoas)
- **Dívida Interna e Externa** ( inclui Amortização, Encargos e Juros)

DEMONSTRATIVO DE ORIGENS E COMPROMETIMENTO DE RECURSOS - TABELAS

Os quadros abaixo comparam a receita arrecadada (própria e transferida) com a despesa empenhada no exercício de 2000, classificada segundo as Funções de Governo, resultando um superávit de MR\$ 203.565. As Funções representam as áreas de atuação do Governo na busca do desenvolvimento das políticas públicas estabelecida na Lei de Orçamento indicando um maior nível de agregação de suas ações.

A Função de Governo na qual mais se aplicou recursos neste exercício foi a de “Educação e Cultura”, com 25% do total, seguida pela “Saúde e Saneamento”, “Administração e Planejamento” e “Habitação e Urbanismo”, respectivamente com 23%, 20% e 10% do total geral (total da despesa somada ao superávit).

Deve-se esclarecer que é na função “Administração e Planejamento” que são classificados os gastos gerais com a manutenção administrativa, bem como encargos com a amortização da Dívida Interna e Externa, gastos com Previdência Social de inativos e pensionistas, dentre outros.

<b>Receita Arrecadada</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
<b>Recursos Próprios</b>	<b>2.283.325</b>	<b>52</b>
Receita Tributária	1.770.128	40
IPTU	596.289	14
ISS	909.314	21
IWC	115	0
ITBI	130.750	3
Outras Receitas Tributárias	133.660	2
Rend. Aplicações Financeiras	87.003	2
Oper. Crédito (Empréstimos)	145.389	3
Outras Recursos Próprios	280.805	7
<b>Recursos Transferidos</b>	<b>2.115.249</b>	<b>48</b>
Fund. Nac. Saúde - SUS	572.622	13
FUNDEF	286.115	7
Cota-parte IPVA	164.134	4
Cota-parte ICMS	834.477	19
Outros Recursos Transferidos	257.901	5
<b>Total da Receita</b>	<b>4.398.574</b>	<b>100</b>
<b>Déficit</b>	<b>-</b>	<b>0</b>
<b>Total Geral</b>	<b>4.398.574</b>	<b>100</b>

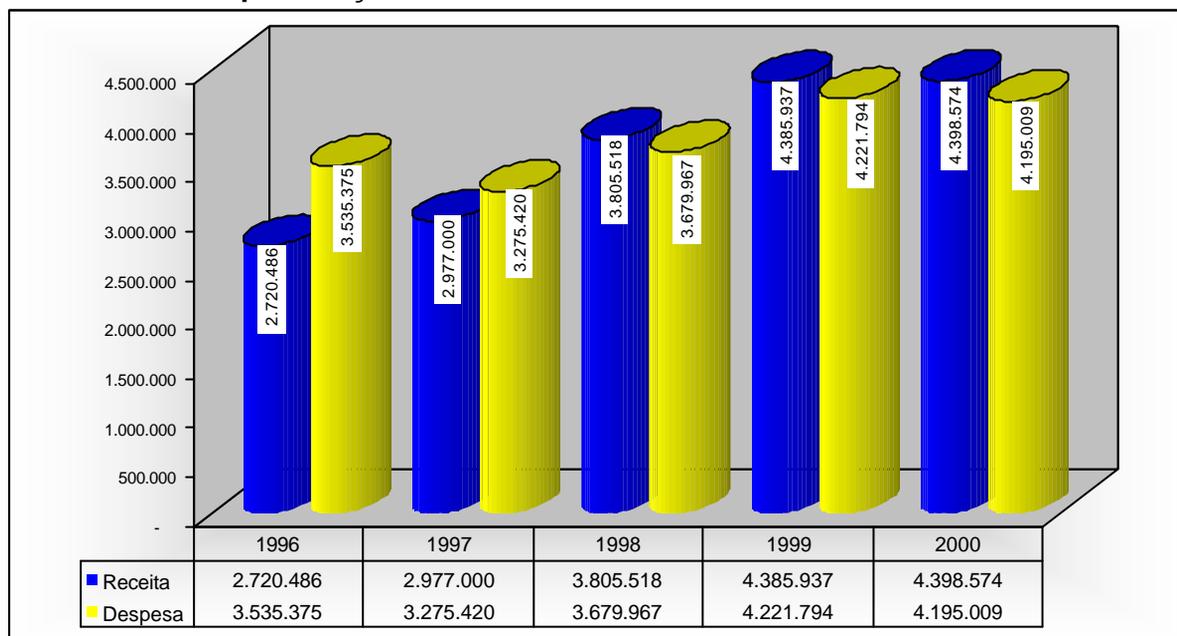
Em R\$ mil

<b>Despesa Empenhada</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
Educação e Cultura	1.116.142	25
Saúde e Saneamento	1.015.079	23
Administração e Planejamento	869.874	20
Habitação e Urbanismo	455.282	10
Assistência e Previdência	234.636	5
Transportes	104.525	2
Outras Funções	399.471	10
Legislativa	201.776	5
Judiciária	30.226	1
Defesa Nacional e Seg. Pública	84.938	2
Indústria, Comércio e Serviços	75.607	2
Trabalho	6.924	0
<b>Total da Despesa</b>	<b>4.195.009</b>	<b>95</b>
<b>Superávit</b>	<b>203.565</b>	<b>5</b>
<b>Total Geral</b>	<b>4.398.574</b>	<b>100</b>

Em R\$ mil

Confrontando-se a despesa empenhada até dezembro/2000 (MR\$ 4.195.009) com a receita auferida no mesmo período (MR\$ 4.398.574), apura-se um superávit orçamentário de MR\$ 203.565.

**Receita X Despesa Orçamentária**



Em R\$ mil

Valor Total no Ano	1996	1997	1998	1999	2000
Receita	2.720.486	2.977.000	3.805.518	4.385.937	4.398.574
Despesa	3.535.375	3.275.420	3.679.967	4.221.794	4.195.009
<b>Déficit ou Superávit</b>	<b>(814.889)</b>	<b>(298.420)</b>	<b>125.551</b>	<b>164.143</b>	<b>203.565</b>

Em R\$ mil

**Obs:** A partir de 1998, os Fundos Especiais passaram a fazer parte da Administração Direta.

## DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

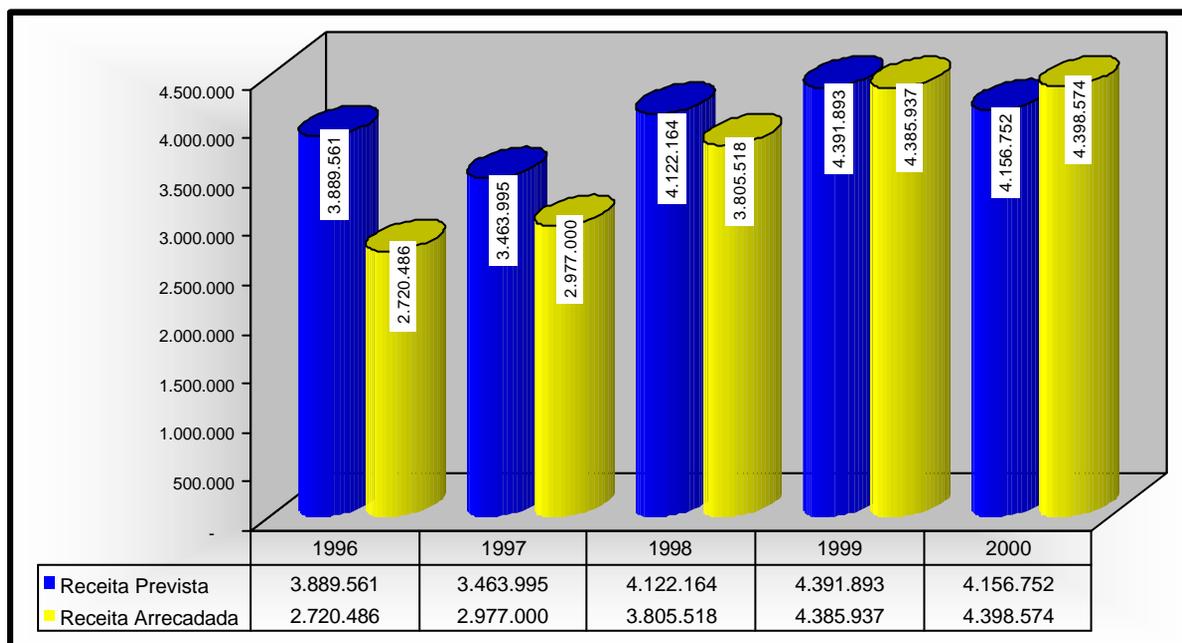
O art. 11 da Lei Federal nº 4.320/64 estabelece a classificação da Receita Orçamentária nas categorias econômicas Receitas Correntes e Receitas de Capital.

São Receitas Correntes as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

São Receitas de Capital as provenientes de recursos oriundos da constituição de dívidas, da conversão em espécie de bens e direitos, os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do orçamento corrente.

A Receita Orçamentária Total, nos exercícios de 1996 a 2000 é apresentada no quadro a seguir. Podemos observar que em 2000 a receita realizada totalizou MR\$ 4.398.574, superior em MR\$ 241.822 ao valor previsto de MR\$ 4.156.752, ou seja, 6%.

### Receita Prevista X Arrecadada



Em R\$ mil

Valor Total no Ano	1996	1997	1998	1999	2000
Receita Prevista	3.889.561	3.463.995	4.122.164	4.391.893	4.156.752
Receita Arrecadada	2.720.486	2.977.000	3.805.518	4.385.937	4.398.574
Percentual Realizado	70%	86%	92%	100%	106%

Em R\$ mil

A Receita Total no ano de 2000 alcançou MR\$ 4.398.574 que comparada a 1999, apresentou um acréscimo nominal de MR\$ 12.637, ou seja, inferior a 1%. Mesmo com o aumento de 13% nas Receitas Correntes, principalmente devido ao incremento de MR\$ 418.776 (25%) nas Transferências Correntes, o desempenho pouco favorável nas contas de receita ocorreu em virtude do decréscimo de 76% na Receita de Capital, notadamente nas rubricas referentes a Operações de Crédito (Títulos do Tesouro Municipal e Outras Operações de Crédito Internas). Tal redução decorreu do processo de renegociação da dívida dos municípios conforme estabelecido nas Medidas Provisórias 1891-5 de 29/06/1999, 1969-12 de 06/01/2000, 2022-16 de 20/04/2000, 2043-21 de 25/08/2000, 2118-26 de 27/12/2000, no Decreto nº 3099/99 e na Resolução do Senado Federal nº 37/99.

Com relação à composição da Receita Tributária em 2000, observa-se um incremento de 7% em relação a 1999, basicamente devido ao aumento da receita de ISS, na ordem de 14%. Ainda dentro desta categoria, as Transferências da União tiveram um incremento de MR\$ 224.641, cerca de 40%.

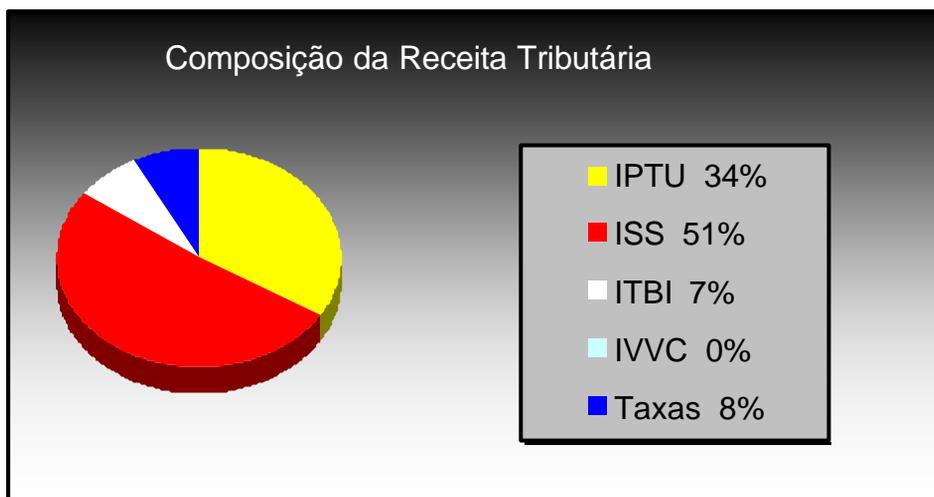
Releva notar ainda que as Transferências da União representam 18% das Receitas Totais e as Transferências do Estado, 30%. Juntas equivalem a 48% das Receitas Totais e 49% das Receitas Correntes.

Abaixo é apresentada a execução da receita nos cinco últimos exercícios, bem como seus percentuais de participação. As Receitas Correntes corresponderam, em 2000, a 97% do total, cabendo os 3% restantes às Receitas de Capital.

CATEGORIAS ECONÔMICAS	1996	%	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>2.720.486</b>	<b>100</b>	<b>2.977.000</b>	<b>100</b>	<b>3.805.518</b>	<b>100</b>	<b>4.385.937</b>	<b>100</b>	<b>4.398.574</b>	<b>100</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>2.307.831</b>	<b>85</b>	<b>2.459.617</b>	<b>83</b>	<b>3.138.093</b>	<b>83</b>	<b>3.734.046</b>	<b>86</b>	<b>4.245.902</b>	<b>97</b>
Receita Tributária	1.244.707	46	1.406.176	47	1.580.324	42	1.647.949	38	1.770.129	41
Impostos	1.042.327	39	1.171.497	39	1.302.603	35	1.510.036	35	1.636.469	38
IPTU	338.451	12	379.562	13	443.112	12	594.117	14	596.290	14
ISS	622.044	23	694.823	23	758.049	20	796.807	18	909.314	21
ITBI	80.003	3	96.444	3	101.124	3	118.914	3	130.750	3
IVVC	1.826	1	668	0	318	0	198	0	115	0
Taxas	202.380	7	234.679	8	277.721	7	137.913	3	133.660	3
Receita Patrimonial	153.788	5	81.476	3	138.327	3	187.689	4	103.721	2
Receita de Aplic.Financeiras	148.810	5	75.903	3	127.699	3	178.194	4	87.003	2
Outras Receitas Patrimoniais	4.978	0	5.573	0	10.628	0	9.495	0	16.718	0
Transferências Correntes	801.866	30	825.784	28	1.214.046	32	1.689.611	39	2.108.387	48
da União	72.017	3	137.908	5	156.343	4	551.791	13	776.432	18
do Estado	703.316	26	676.246	23	989.126	26	1.100.417	25	1.314.175	30
Cota-Parte ICMS	575.640	21	543.591	19	648.652	17	738.565	17	834.477	19
Cota-Parte IPVA	115.183	4	121.476	4	115.766	3	117.699	3	164.134	4
Outros	12.493	1	11.179	0	224.708	6	244.153	5	315.564	7
de Convênios	26.532	1	11.630	0	68.577	2	37.403	1	17.780	0
Outras Receitas Correntes	107.470	4	146.181	5	205.396	6	208.797	5	263.665	6
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>412.655</b>	<b>15</b>	<b>517.384</b>	<b>17</b>	<b>667.425</b>	<b>17</b>	<b>651.890</b>	<b>15</b>	<b>152.672</b>	<b>3</b>
Operações de Crédito	411.063	15	517.010	17	665.354	17	650.913	14	145.389	3
Títulos do Tesouro Municipal	258.735	10	457.516	15	536.571	14	320.481	7	-	-
Outras Oper.de Créditos Internas	5.545	0	49.332	2	42.032	1	271.851	6	48.735	1
Operações de Crédito Externas	146.783	5	10.162	0	86.752	2	58.581	1	96.654	2
Outras Receitas de Capital	1.592	0	374	0	2.071	0	977	0	7.283	0

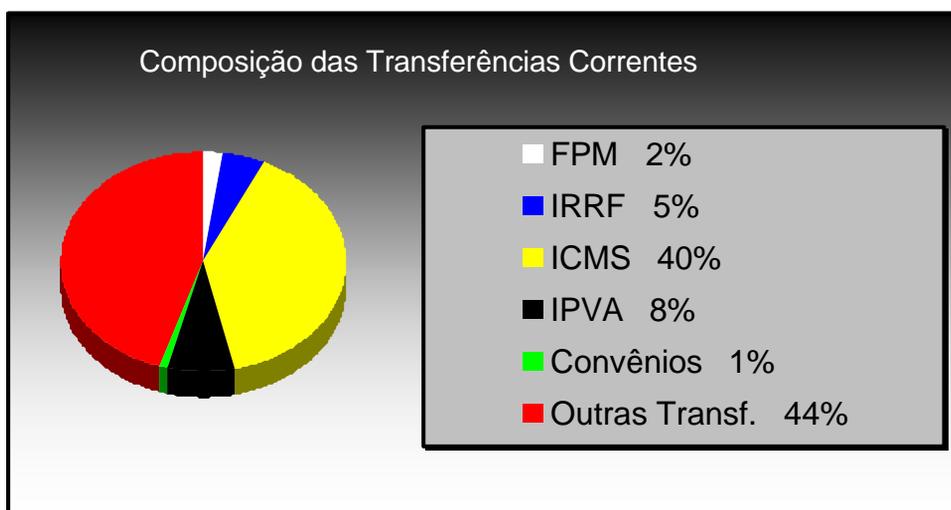
Em R\$ mil

Dentro do grupamento de Receitas Correntes cabe destacar a participação da Receita Tributária, que correspondeu a 41% da Receita Total e 41% da Receita Corrente, e das Transferências Correntes, que corresponderam a 48% da Receita Total e 49% da Receita Corrente, conforme demonstrado analiticamente nos quadros e gráficos a seguir:



Valores 2000		% Participação na Receita		
Categorias Econômicas	Receita Realizada	Receita Tributária	Receita Corrente	Orçamentária Total
<b>Receita tributária</b>	<b>1.770.129</b>	<b>100%</b>	<b>41%</b>	<b>41%</b>
IPTU	596.290	34%	14%	14%
ISS	909.314	51%	21%	21%
ITBI	130.750	7%	3%	3%
IVVC	115	0%	0%	0%
Taxas	133.660	8%	3%	3%

Em R\$ mil

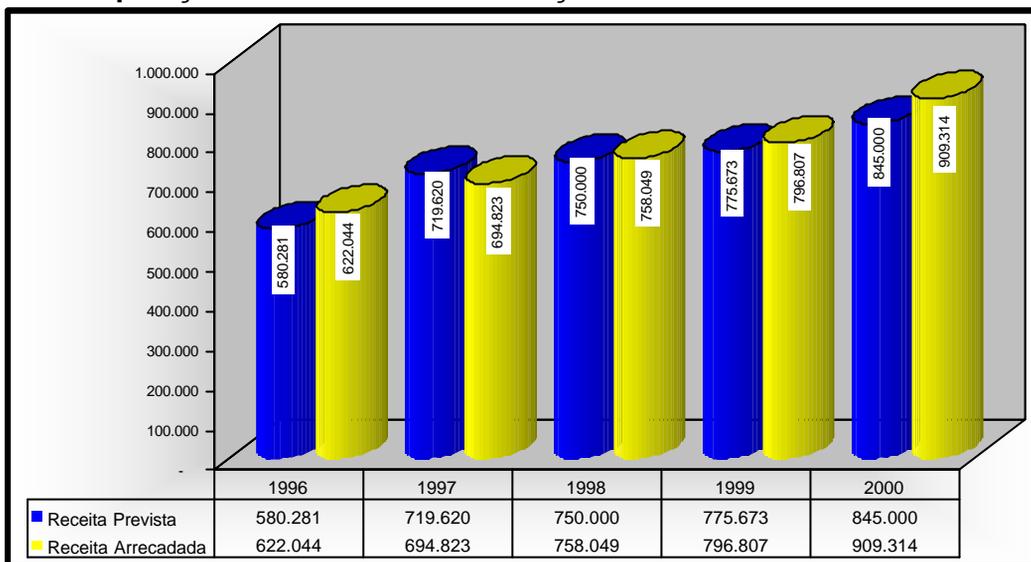


Valores 2000		% Participação na Receita		
Categorias Econômicas	Receita Realizada	Transf. Correntes	Receita Corrente	Orçamentária Total
<b>Receita tributária</b>	<b>2.108.387</b>	<b>100%</b>	<b>49%</b>	<b>48%</b>
ICMS	834.477	40%	20%	19%
IPVA	164.134	8%	4%	4%
IRRF	97.402	5%	2%	2%
FPM	48.486	2%	1%	1%
Convênios	17.780	1%	0%	0%
Outras Transf.	946.108	44%	22%	22%

Em R\$ mil

Com relação às Receitas Tributárias em 2000, a principal fonte para o Município foi o ISS - Imposto Sobre Serviços - que, conforme quadro da página anterior, representou 21% do total da Receita Orçamentária e 51% da Receita Tributária. A arrecadação anual do ISS nos últimos cinco exercícios é apresentada no quadro a seguir:

### Comparação Horizontal da Arrecadação do ISS



Em R\$ mil

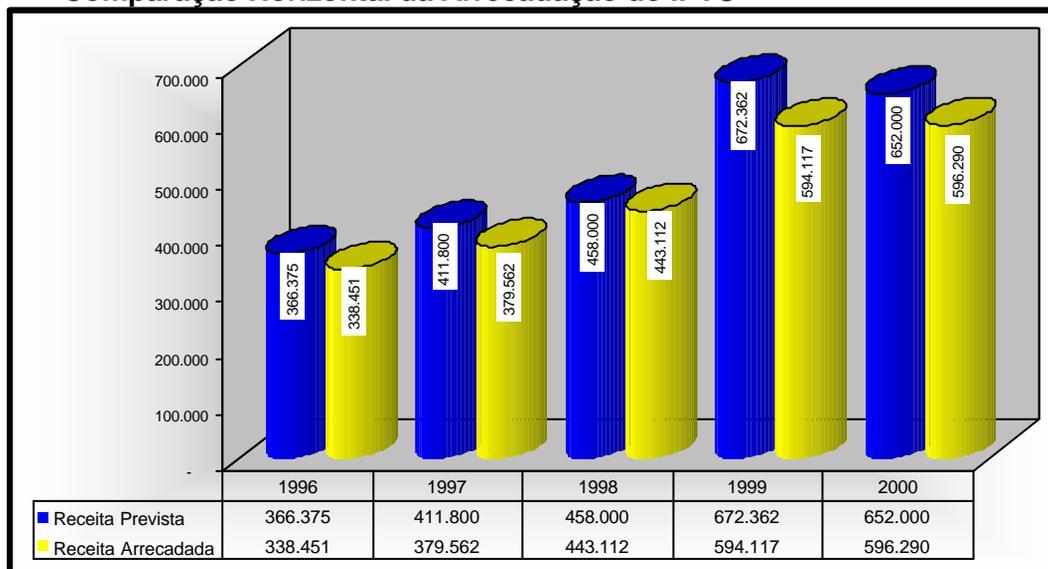
Valor Total no Ano	1996	1997	1998	1999	2000
Receita Prevista	580.281	719.620	750.000	775.673	845.000
Receita Arrecadada	622.044	694.823	758.049	796.807	909.314
Percentual Realizado	107%	97%	101%	103%	108%

Em R\$ mil

Ainda dentro das Receitas Tributárias, o IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano - despontou em 2000 como segunda maior fonte, representando 14% do total da Receita Orçamentária e 34% da Receita Tributária.

A arrecadação anual do IPTU nos últimos cinco exercícios é apresentada no quadro a seguir:

### Comparação Horizontal da Arrecadação do IPTU



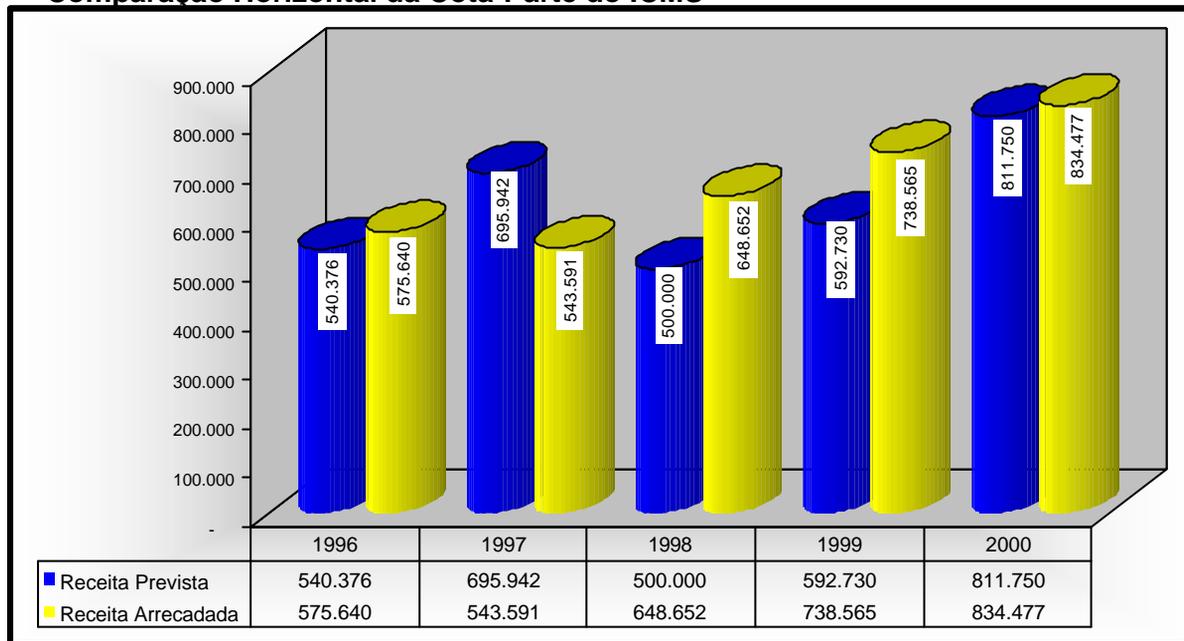
Em R\$ mil

Valor Total no Ano	1996	1997	1998	1999	2000
Receita Prevista	366.375	411.800	458.000	672.362	652.000
Receita Arrecadada	338.451	379.562	443.112	594.117	596.290
Percentual Realizado	92%	92%	97%	88%	91%

Em R\$ mil

Dentro das Transferências Correntes, o ICMS - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - desponta como item representativo, correspondendo a 19% do total da Receita Orçamentária e 40% das Transferências Correntes. O repasse anual do ICMS nos últimos cinco exercícios é apresentado no quadro a seguir, demonstrando os valores realizados através das transferências:

### Comparação Horizontal da Cota-Parte do ICMS



Em R\$ mil

Valor Total no Ano	1996	1997	1998	1999	2000
Receita Prevista	540.376	695.942	500.000	592.730	811.750
Receita Arrecadada	575.640	543.591	648.652	738.565	834.477
Percentual Realizado	107%	78%	130%	125%	103%

Em R\$ mil

## DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

A Lei Federal nº 4.320/64 estabelece a classificação da Despesa Orçamentária nas categorias econômicas Despesas Correntes e Despesas de Capital.

As Despesas Correntes constituem o grupo de despesas operacionais realizadas pela Administração Pública a fim de promover a execução, manutenção e o funcionamento de suas atividades. As Despesas de Capital constituem o grupo de despesas da Administração Pública com intenção de adquirir ou constituir bens de capital que enriquecerão o patrimônio público ou capazes de gerar novos bens ou serviços. Também são classificadas como Despesas de Capital as amortizações da Dívida Interna e Externa.

A Despesa Orçamentária Total no exercício está apresentada no quadro abaixo. Podemos observar que, em 2000, a despesa empenhada totalizou MR\$ 4.195.009, inferior em MR\$ 383.349 ao valor previsto de MR\$ 4.578.358, ou seja, - 8%.

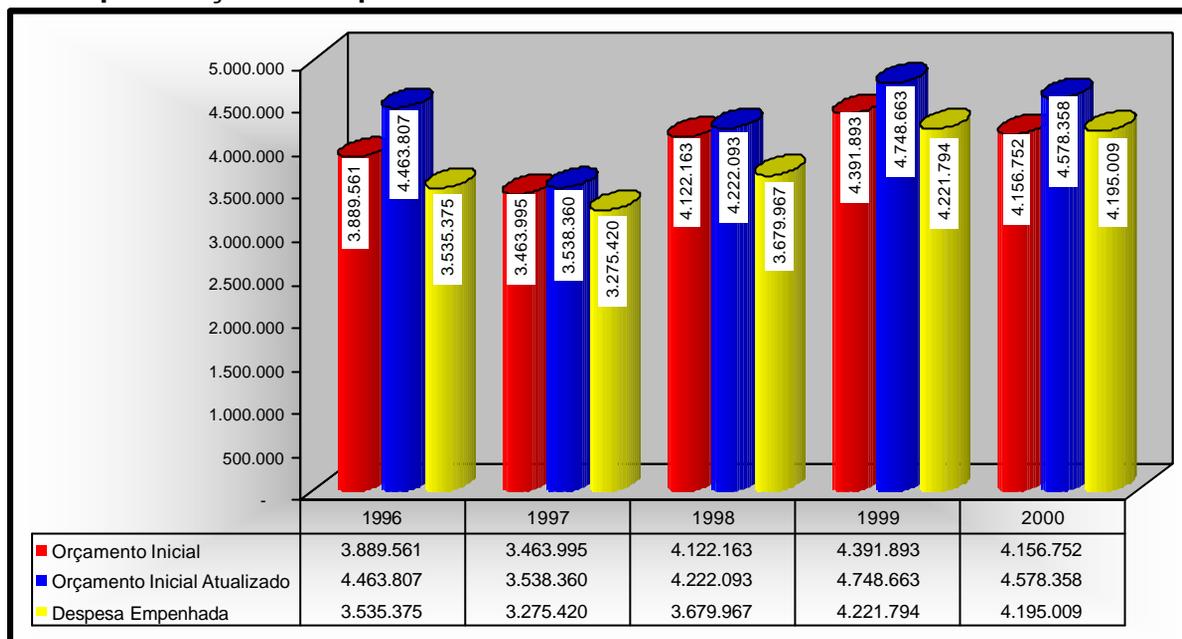
Valor Total no Ano	1996	1997	1998	1999	2000
Orçamento Inicial	3.889.561	3.463.995	4.122.163	4.391.893	4.156.752
Orçamento Inicial Atualizado	4.463.807	3.538.360	4.222.093	4.748.663	4.578.358
Despesa Empenhada	3.535.375	3.275.420	3.679.967	4.221.794	4.195.009
Percentual Realizado	79%	93%	87%	89%	92%

Em R\$ mil

**Obs 1:** O Orçamento Inicial Atualizado da Despesa para o período representa a Despesa Total Prevista para cada exercício, acrescentando-se eventuais créditos.

**Obs 2:** A partir de 1998, os Fundos Especiais passaram a fazer parte da Administração Direta.

## Despesa Orçada X Empenhada



Em R\$ mil

A Despesa Total Empenhada em 2000 alcançou MR\$ 4.195.009 que comparada com o mesmo período em 1999, apresentou um decréscimo de MR\$ 26.785. O fator principal desta redução foi a diminuição de aproximadamente 51% nas Despesas de Capital, basicamente devido à redução das Transferências de Capital na ordem de 75%, em função da renegociação da dívida municipal, conforme estabelecido nas Medidas Provisórias 1891-5 de 29/06/1999, 1969-12 de 06/01/2000, 2022-16 de 20/04/2000, 2043-21 de 25/08/2000, 2118-26 de 27/12/2000, no Decreto nº 3099/99 e na Resolução do Senado Federal nº 37/99.

As Despesas Correntes do Município corresponderam a 89% do total, cabendo os 11% restantes às Despesas de Capital. O quadro seguinte contém um resumo das despesas orçamentárias por categorias econômicas nos exercícios de 1996 a 2000. Com relação às Despesas de Custeio, observa-se uma redução de MR\$ 238.236, ou seja, 11%, devido principalmente ao comportamento da despesa de Pessoal.

Observa-se em 2000 um aumento de 58% nas Transferências Correntes Intragovernamentais, resultante do repasse para o PREVIRO das despesas com Inativos, e uma conseqüente redução na Despesa de Pessoal, onde este gasto havia sido agrupado nos anos anteriores.

CATEGORIAS ECONÔMICAS	1996	%	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>3.535.375</b>	<b>100</b>	<b>3.275.420</b>	<b>100</b>	<b>3.679.967</b>	<b>100</b>	<b>4.221.794</b>	<b>100</b>	<b>4.195.009</b>	<b>100</b>
<b>DESPESA CORRENTES</b>	<b>2.055.892</b>	<b>58</b>	<b>2.272.646</b>	<b>70</b>	<b>2.761.423</b>	<b>75</b>	<b>3.290.867</b>	<b>78</b>	<b>3.741.105</b>	<b>89</b>
<b>Despesa de Custeio</b>	<b>1.452.090</b>	<b>40</b>	<b>1.640.469</b>	<b>50</b>	<b>2.137.611</b>	<b>58</b>	<b>2.292.101</b>	<b>54</b>	<b>2.053.865</b>	<b>49</b>
Pessoal	1.105.747	31	1.311.383	40	1.526.710	41	1.396.186	33	1.094.592	26
Material de Consumo	76.451	2	62.893	2	129.708	4	141.207	3	184.620	4
Serviços Terceiros e Encargos	255.476	7	243.762	7	418.587	11	689.334	16	690.944	17
Terceirização *	-	-	-	-	-	-	-	-	241.288	6
Outros Serv. Terc.e Encargos	255.476	7	243.762	7	418.587	11	689.334	16	449.656	11
Outras Despesas de Custeio	14.415	0	22.431	1	62.606	2	65.374	2	83.709	2
<b>Transferências Correntes</b>	<b>603.803</b>	<b>18</b>	<b>632.177</b>	<b>20</b>	<b>623.812</b>	<b>17</b>	<b>998.767</b>	<b>24</b>	<b>1.687.240</b>	<b>40</b>
Intragovernamentais	525.929	15	541.806	17	510.292	14	768.481	18	1.212.615	29
Juros da Dívida	50.718	1	70.560	2	80.390	2	189.454	5	292.106	7
Outras Transferências Correntes	27.156	2	19.811	1	33.130	1	40.832	1	182.519	4
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.479.483</b>	<b>42</b>	<b>1.002.774</b>	<b>30</b>	<b>918.544</b>	<b>25</b>	<b>930.927</b>	<b>22</b>	<b>453.904</b>	<b>11</b>
<b>Investimentos</b>	<b>714.236</b>	<b>20</b>	<b>372.932</b>	<b>11</b>	<b>237.927</b>	<b>6</b>	<b>212.657</b>	<b>6</b>	<b>256.253</b>	<b>6</b>
Equipamento e Mat. Permanente	25.435	-	4.962	0	28.226	1	18.385	1	16.348	0
Regime de Execução Especial	26.387	1	7.029	0	10.343	0	15.381	1	30.756	1
Obras	656.186	19	336.940	10	188.013	5	170.925	4	201.256	5
Outras Despesas de Investimento	6.228	0	24.001	1	11.345	0	7.966	0	7.893	0
<b>Inversões Financeiras</b>	<b>57.348</b>	<b>2</b>	<b>14.709</b>	<b>0</b>	<b>11.374</b>	<b>1</b>	<b>16.258</b>	<b>0</b>	<b>21.432</b>	<b>1</b>
<b>Transferências de Capital</b>	<b>707.899</b>	<b>20</b>	<b>615.133</b>	<b>19</b>	<b>669.243</b>	<b>18</b>	<b>702.011</b>	<b>16</b>	<b>176.219</b>	<b>4</b>
Amortização da Dívida Interna	418.387	12	499.551	15	583.792	16	380.738	9	65.974	1
Amortização da Dívida Externa	0	-	0	-	0	-	221.875	5	0	-
Outras Transferências de Capital	289.512	8	115.582	4	85.451	2	99.398	2	110.245	3

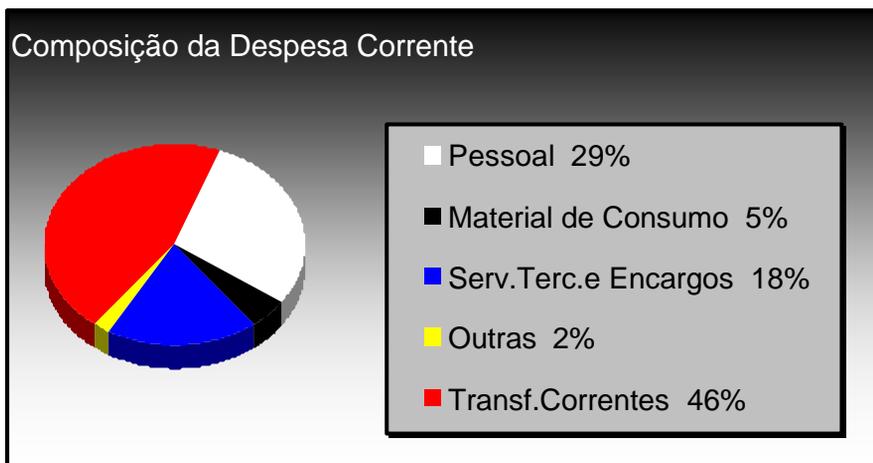
Em R\$ mil

Obs: Em 1998, os Fundos Especiais passaram a fazer parte da Administração Direta.

Obs: A partir de 1998, os Fundos Especiais passaram a fazer parte da Administração Direta.

\* Em função do artigo 18, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (LRF), em vigor a partir de 2000, fez-se necessário o levantamento dos valores relativos à Terceirização, razão pela qual não são apresentados estes valores para os anos anteriores. Aqui, os valores referentes à Terceirização foram incluídos como pertencendo à categoria "Serviços de Terceiros e Encargos".

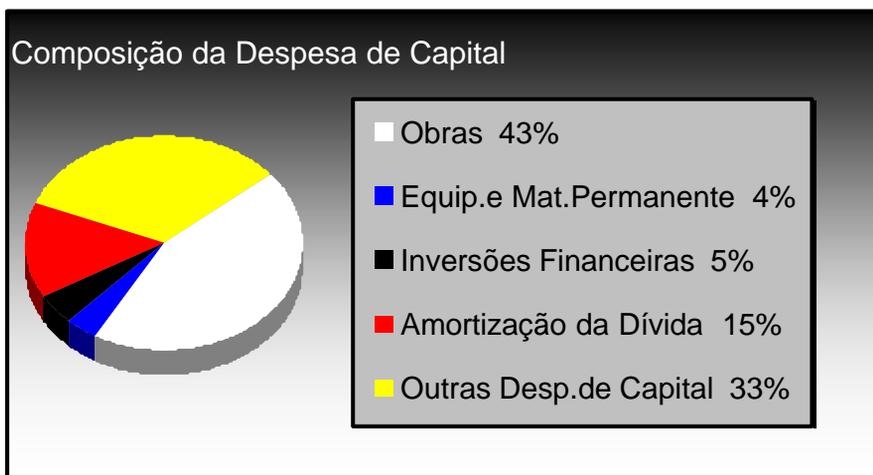
Dentro do grupamento de Despesas Correntes destacamos a natureza de Pessoal, que participa com 29%, e das Transferências Correntes, que corresponderam a 46%. Quanto à composição da Despesa de Capital, Obras é a principal parcela, responsável por 43%.



Valores 2000		% Participação na Despesa	
Categoria Econômica	Despesa Realizada	Despesa Corrente	Orçamento Total
<b>Despesa Corrente</b>	<b>3.741.105</b>	<b>100%</b>	<b>89%</b>
Transf. Correntes	1.687.240	46%	40%
Juros da Dívida	292.106	8%	7%
Outras Transf. Correntes	1.395.134	38%	33%
Pessoal *	1.094.592	29%	26%
Serv. Terceiros e Encargos	690.944	18%	16%
Terceirização	241.288	6%	6%
Outros Serv. Terc. Encargos	449.656	12%	10%
Material de Consumo	184.620	5%	5%
Outras Despesas Correntes	83.709	2%	2%

Em R\$ mil

\* Inclui os valores de transferências à pessoas



Valores 2000		% Participação na Despesa	
Categoria Econômica	Despesa Realizada	Despesa de Capital	Orçamento Total
<b>Despesa de Capital</b>	<b>453.904</b>	<b>100%</b>	<b>11%</b>
Amortização da Dívida	65.974	15%	2%
Obras	201.256	43%	5%
Equip. e Mat. Permanente	16.348	4%	0%
Inversões Financeiras	21.432	5%	1%
Outras Desp. de Capital	148.894	33%	3%

Em R\$ mil

O quadro seguinte contém a despesa empenhada por Funções de Governo, nos exercícios de 1996 a 2000, onde são demonstrados os valores investidos a cada ano. Comparando-se o período de 1999 com o de 2000, observa-se que as Funções de Governo que mais sofreram acréscimo foram “Transporte” e “Saúde e Saneamento”, respectivamente de 36% e 25%. Por outro lado, as funções que mais sofreram decréscimo foram “Administração e Planejamento” e “Trabalho”, respectivamente de -26%, -22% e -14%.

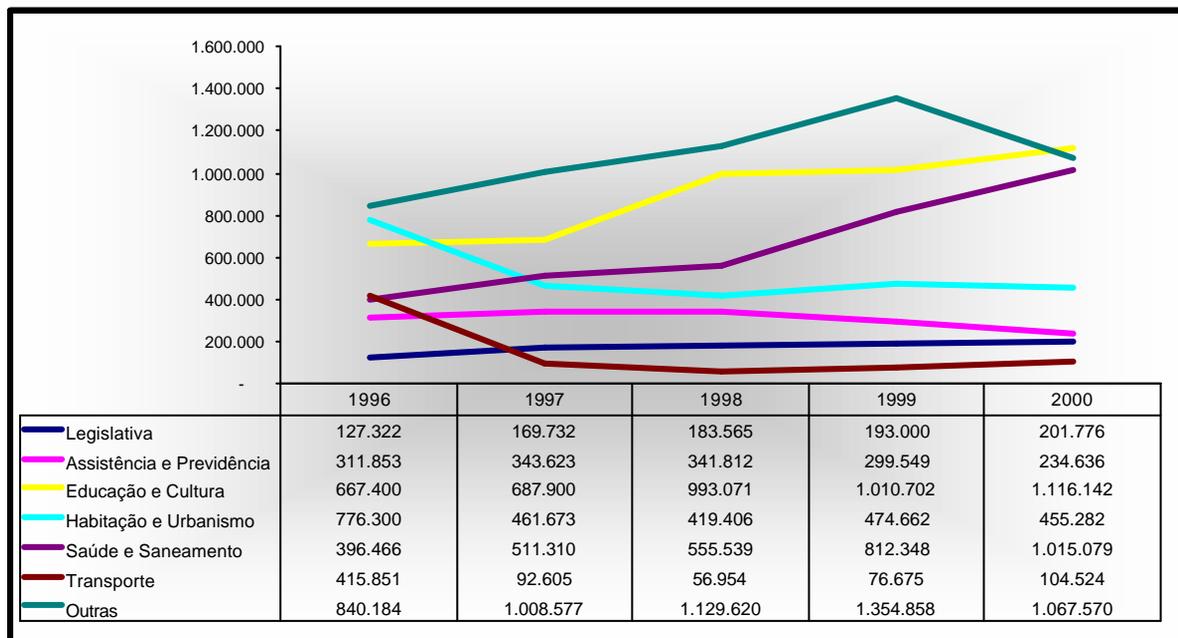
**Despesa por Função de Governo - Evolução Anual**

Valor Total no Ano	1996	1997	1998	1999	2000
Administração e Planejamento	682.900	867.773	970.661	1.172.058	869.874
Assistência e Previdência	311.853	343.623	341.812	299.549	234.636
Defesa Nac. e Seg. Pública	46.940	54.923	59.284	73.990	84.938
Educação e Cultura	667.400	687.900	993.071	1.010.702	1.116.142
Habitação e Urbanismo	776.300	461.673	419.406	474.662	455.282
Indústria Comércio e Serviços	88.488	58.557	65.981	74.738	75.607
Judiciária	21.856	25.431	26.379	26.042	30.226
Legislativa	127.322	169.732	183.565	193.000	201.776
Saúde e Saneamento	396.466	511.310	555.539	812.348	1.015.079
Trabalho	-	1.893	7.315	8.030	6.925
Transporte	415.851	92.605	56.954	76.675	104.524
<b>Despesa Total</b>	<b>3.535.376</b>	<b>3.275.420</b>	<b>3.679.967</b>	<b>4.221.794</b>	<b>4.195.009</b>

Em R\$ mil

**Obs:** A partir de 1998, os Fundos Especiais passaram a fazer parte da Administração Direta.

No gráfico abaixo é possível acompanhar a evolução das principais funções de governo ao longo dos últimos cinco anos.



Em R\$ mil

**Obs:** A partir de 1998, os Fundos Especiais passaram a fazer parte da Administração Direta.

## DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL

O quadro seguinte contém a participação percentual de cada Função de Governo nos exercícios de 1996 a 2000.

As Funções de Governo em que mais houve aplicação de recursos em 2000 foram “Educação e Cultura”, “Saúde e Saneamento”, “Administração e Planejamento” e “Habitação e Urbanismo”. Em 2000 elas representaram respectivamente 27%, 24%, 20% e 11% do total da despesa empenhada.

### Despesa por Funções de Governo - Participação Percentual

Valor Total no Ano	1996	1997	1998	1999	2000
Administração e Planejamento	19	26	26	27	20
Assistência e Previdência	9	10	9	7	6
Defesa Nac. e Seg. Pública	1	2	2	2	2
Educação e Cultura	19	21	27	24	27
Habitação e Urbanismo	21	14	11	11	11
Indústria Comércio e Serviços	3	2	2	2	2
Judiciária	1	1	1	1	1
Legislativa	4	5	5	5	5
Saúde e Saneamento	11	16	15	19	24
Trabalho	-	0	0	0	0
Transporte	12	3	2	2	2
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Em R\$ mil

**Obs:** A partir de 1998, os Fundos Especiais passaram a fazer parte da Administração Direta.

## DESPESA POR ÓRGÃO

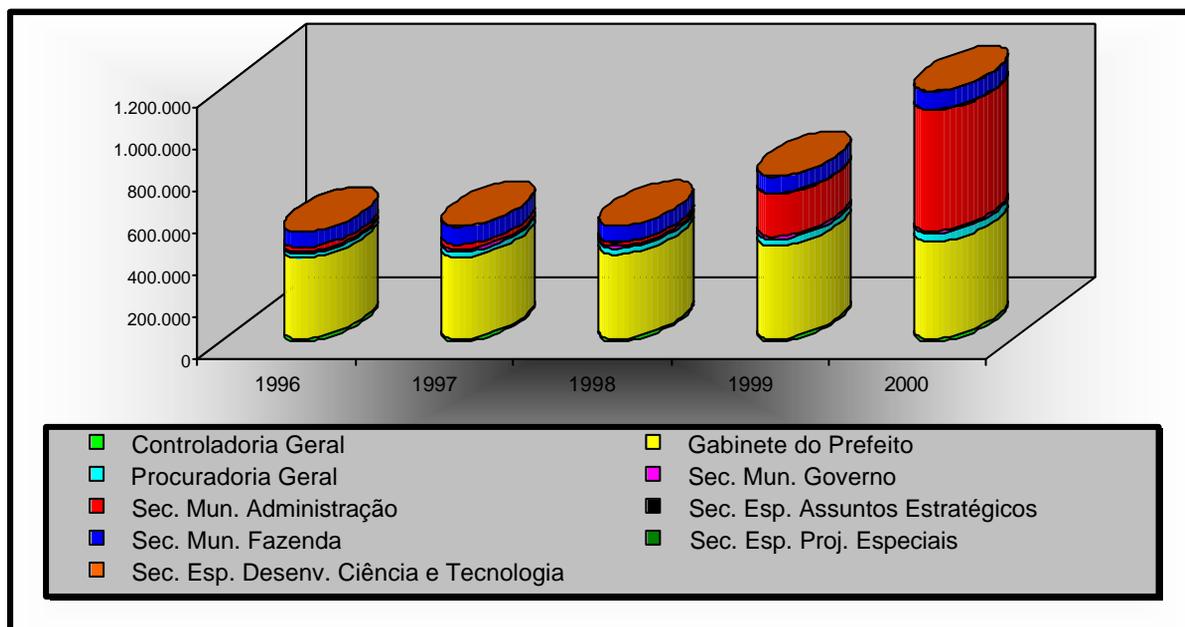
A Administração Direta Municipal é composta por órgãos do Poder Legislativo e Executivo. A estrutura do Poder Executivo é composta por órgãos enquadrados nas Atividades-Meio e Fim da Prefeitura, além dos Encargos Gerais do Município. É preciso esclarecer que são considerados órgãos de Atividade-Meio os que têm atuação voltada para o suporte de procedimentos visando adequar a engrenagem municipal de forma efetiva e eficaz. Já os de Atividade-Fim são para os que têm atuação direcionada para a melhoria da qualidade de vida do cidadão carioca, provendo serviços básicos, tais como saúde, educação e obras.

ÓRGÃOS	1996	%	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%
<b>PODER LEGISLATIVO</b>	<b>127.322</b>	<b>4</b>	<b>169.732</b>	<b>5</b>	<b>183.565</b>	<b>5</b>	<b>179.809</b>	<b>4</b>	<b>164.344</b>	<b>4</b>
Câmara Municipal	90.058	3	131.088	4	143.878	4	138.590	3	123.265	3
Tribunal De Contas	37.264	1	38.644	1	39.687	1	41.219	1	41.079	1
<b>PODER EXECUTIVO</b>	<b>3.408.054</b>	<b>96</b>	<b>3.105.688</b>	<b>95</b>	<b>3.496.402</b>	<b>95</b>	<b>4.041.985</b>	<b>96</b>	<b>4.030.665</b>	<b>96</b>
Atividade:Fim	1.978.609	56	1.466.504	45	1.620.742	44	1.958.750	46	2.312.726	55
Sec.Mun.Cultura	64.829	2	50.992	2	63.517	2	74.948	2	84.658	2
Sec.Mun. Desenv.social	39.780	1	45.403	1	61.488	2	79.892	2	96.435	2
Sec.Mun. Educação	400.827	11	417.295	13	575.914	16	565.120	13	646.370	15
Sec.Mun. Habitação	55.633	2	125.482	4	157.012	4	144.676	3	160.293	4
Sec.Mun. Meio Ambiente	39.159	1	23.340	1	22.457	1	27.444	1	46.689	1
Sec.Mun. Obras	1.036.596	29	442.784	14	238.506	6	259.922	6	263.072	6
Sec.Mun. Saúde	252.747	7	291.277	9	420.042	11	679.602	16	868.895	21
Sec.Mun. Trabalho	0	0	1.893	0	7.398	0	8.216	0	7.298	0
Sec.Mun. Trânsito	65.077	2	34.760	1	25.090	1	30.598	1	51.723	1
Sec.Esp. Transporte	0	0	3.320	0	996	0	4.646	0	560	0
Sec.Esp. Turismo	0	0	139	0	206	0	217	0	193	0
Sec.Mun. Urbanismo	12.864	0	11.898	0	14.595	0	38.454	1	28.756	1
Sec.Mun. Esportes e Lazer	11.097	0	17.673	1	32.975	1	44.438	1	57.250	1
Sec.Esp. Monumentos Públicos	0	0	247	0	544	0	579	0	533	0
Atividade:Meio	520.293	15	547.333	17	550.378	15	784.113	19	1.186.598	28
Controladoria Geral	14.198	0	13.294	0	12.755	0	13.077	0	14.490	0
Gabinete do Prefeito	381.168	11	387.319	12	400.505	11	439.828	10	460.056	11
Procuradoria Geral	21.856	1	25.431	1	28.534	1	33.368	1	38.063	1
Sec.Mun. Governo	7.926	0	10.081	0	11.731	0	11.634	0	12.745	0
Sec.Mun. Administração	20.827	1	23.976	1	16.701	0	203.639	5	573.703	14
Sec.Esp. Assuntos Estratégicos	0	0	216	0	586	0	783	0	693	0
Sec.Mun. Fazenda	74.318	2	84.310	3	77.573	2	79.058	2	84.716	2
Sec.Esp. Projetos Especiais	0	0	305	0	361	0	399	0	356	0
Sec.Esp. Desenv. Ciência e Tecnol	0	0	2.401	0	1.632	0	2.327	0	1.776	0
Atividade:Encargos Gerais	909.152	26	1.091.852	33	1.325.284	36	1.299.120	31	531.342	13
<b>Adm:Direta</b>	<b>3.535.376</b>	<b>100</b>	<b>3.275.420</b>	<b>100</b>	<b>3.679.967</b>	<b>100</b>	<b>4.221.794</b>	<b>100</b>	<b>4.195.009</b>	<b>100</b>

Em R\$ mil

Obs: A partir de 1998, os Fundos Especiais passaram a fazer parte da Administração Direta.

## DESPESA POR ÓRGÃO - PODER EXECUTIVO - ATIVIDADE-MEIO



Em R\$ mil

Obs: A partir de 1998, os Fundos Especiais passaram a fazer parte da Administração Direta.

É apresentado no quadro a seguir uma comparação dos valores consolidados por órgãos relativos às Atividades-Meio da Prefeitura nos últimos cinco anos.

Comparando-se o período de 1999 com o de 2000, observa-se que o setor de Atividade-Meio que sofreu um maior acréscimo foi a Secretaria Municipal de Administração (182%).

Podemos verificar, também, que o órgão que sofreu maior redução foi a Secretaria Especial de Desenvolvimento Ciência e Tecnologia (-24%).

É importante esclarecer que alguns órgãos incluem despesas de Transferências Correntes e de Capital, tanto para atender ao custeio dos órgãos da administração indireta, como para investimentos.

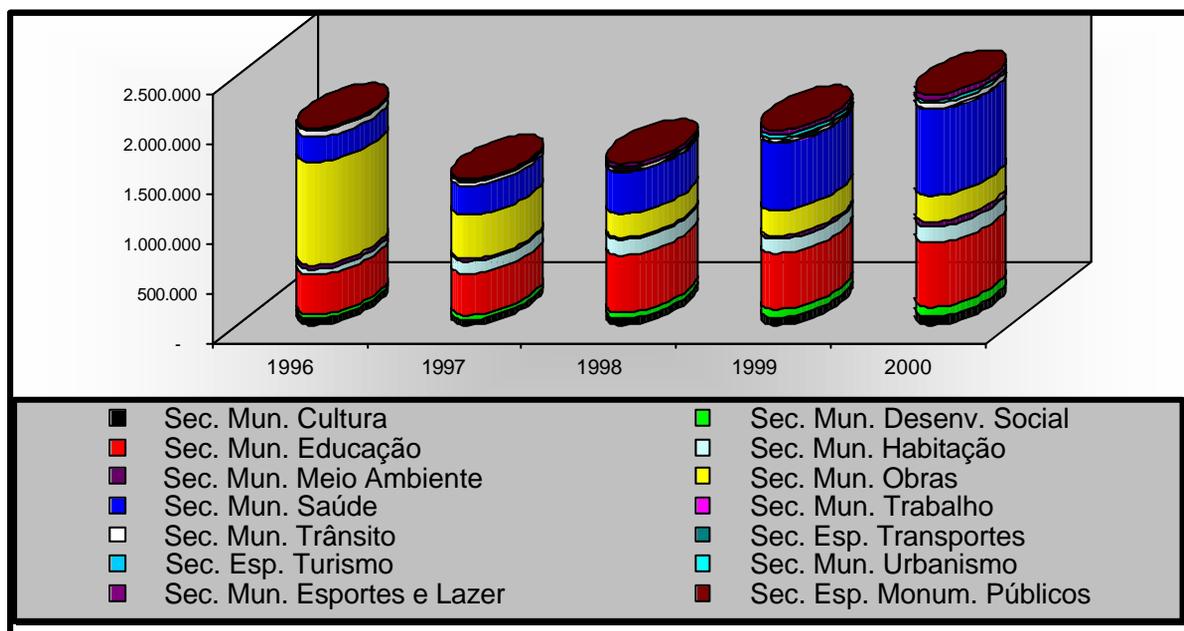
Dessa maneira podemos verificar que ocorrem, no Gabinete do Prefeito, por exemplo, transferências para o IplanRIO e Comlurb, Riocentro e Guarda Municipal.

Ressalte-se que, a partir de 1999, a despesa empenhada na função Legislativa foi maior do que a empenhada nos órgãos do Poder Legislativo. Este fato deve-se à realização de despesa nesta função por parte da Secretaria Municipal de Administração.

Valor Total no Ano	1996	1997	1998	1999	2000
Controladoria Geral	14.198	13.294	12.755	13.077	14.490
Gabinete do Prefeito	381.168	387.319	400.505	439.828	460.056
Procuradoria Geral	21.856	25.431	28.534	33.368	38.063
Sec. Mun. Governo	7.926	10.081	11.731	11.634	12.745
Sec. Mun. Administração	20.827	23.976	16.701	203.639	573.703
Sec. Esp. Assuntos Estratégicos	–	216	586	783	693
Sec. Mun. Fazenda	74.318	84.310	77.573	79.058	84.716
Sec. Esp. Proj. Especiais	–	305	361	399	356
Sec. Esp. Desenv. Ciência e Tecnologia	–	2.401	1.632	2.327	1.776
<b>Total</b>	<b>520.293</b>	<b>547.333</b>	<b>550.378</b>	<b>784.113</b>	<b>1.186.598</b>

Em R\$ Mil

#### DESPESA POR ÓRGÃO - PODER EXECUTIVO - ATIVIDADE-FIM



Em R\$ Mil

**Obs:** A partir de 1998, os Fundos Especiais passaram a fazer parte da Administração Direta.

A seguir é apresentada uma análise comparativa dos valores consolidados por órgãos relativos às Atividades-Fim da Prefeitura, realizados em cada exercício, nos últimos cinco anos.

Ao compararmos o período de 1999 com o de 2000, observamos que os órgãos de Atividade-Fim que sofreram um incremento relativo maior no período foram a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Secretaria Municipal de Trânsito, respectivamente com 70% e 69%.

Ressalte-se que alguns órgãos de Atividade-Fim incluem despesas de Transferências Correntes e de Capital, para atender ao custeio dos órgãos da Administração Indireta.

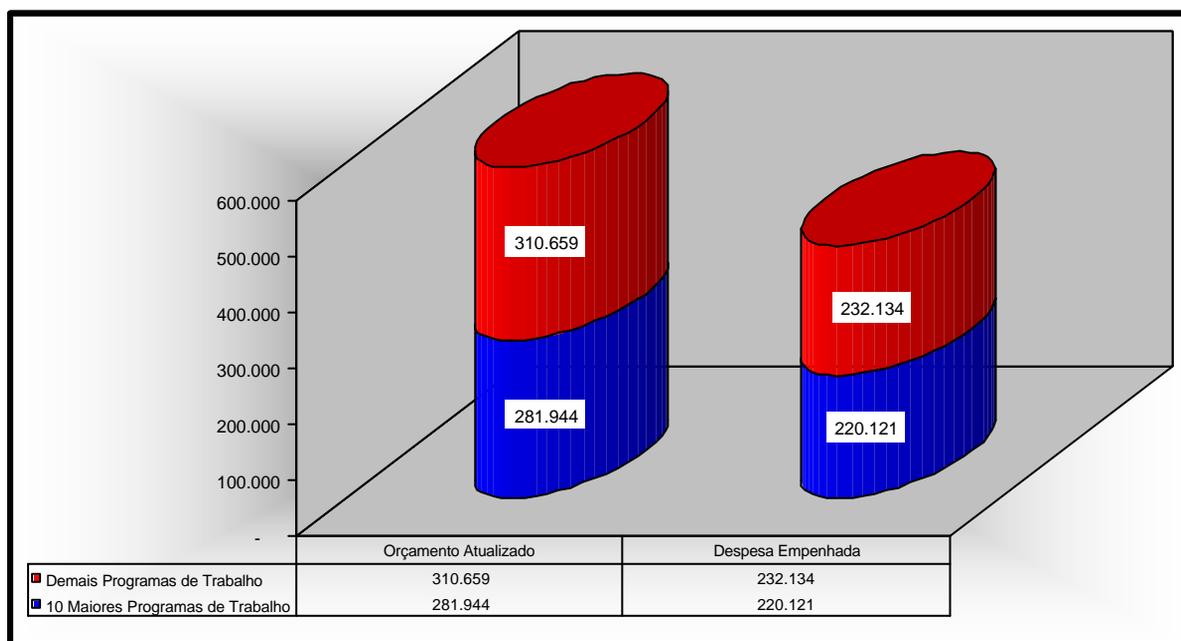
Dessa forma ocorrem na Secretaria Municipal de Obras transferências para a Georio, Riourbe e Rioluz, por exemplo.

## Despesa por Órgão - Poder Executivo - Atividade Fim

Valor Total no Ano	1996	1997	1998	1999	2000
Sec. Mun. Cultura	64.829	50.992	63.517	74.948	84.658
Sec. Mun. Desenv. Social	39.780	45.403	61.488	79.892	96.435
Sec. Mun. Educação	400.827	417.295	575.914	565.120	646.370
Sec. Mun. Habitação	55.633	125.482	157.012	144.676	160.293
Sec. Mun. Meio Ambiente	39.159	23.340	22.457	27.444	46.689
Sec. Mun. Obras	1.036.596	442.784	238.506	259.922	263.072
Sec. Mun. Saúde	252.747	291.277	420.042	679.602	868.895
Sec. Mun. Trabalho	–	1.893	7.398	8.216	7.298
Sec. Mun. Trânsito	65.077	34.760	25.090	30.598	51.723
Sec. Esp. Transportes	–	3.320	996	4.646	560
Sec. Esp. Turismo	–	139	206	217	193
Sec. Mun. Urbanismo	12.864	11.898	14.595	38.454	28.756
Sec. Mun. Esportes e Lazer	11.097	17.673	32.975	44.438	57.250
Sec. Esp. Monum. Públicos		247	544	579	533
<b>Total</b>	<b>1.978.609</b>	<b>1.466.503</b>	<b>1.620.740</b>	<b>1.958.752</b>	<b>2.312.725</b>

Em R\$ mil

## APLICAÇÃO DE RECURSOS EM PROJETOS



Em R\$ mil

No quadro a seguir estão elencados os dez maiores Programas de Trabalho do Município em ordem decrescente de Orçamento Atualizado, relativos a projetos realizados em 2000, em milhares de reais. O total de Programas de Trabalho do Município voltados para projetos é de 240, e o total empenhado de MR\$ 452.250, correspondente a 76% do Orçamento Atualizado para este Exercício.

É importante ressaltar que o conceito de Programas de Trabalho voltados para Projetos, elenca o total de novas realizações efetuadas durante o ano de 2000, não sendo levadas em consideração as quantias despendidas com a manutenção de atividades já existentes.

## Aplicação de Recursos de Programa Relativos a Projetos

Despesa Total	Orçamento Atualizado	Realizado	Parcela Realizada	
Programa De Assentamentos Populares - Proap -Rio/bid I	65.467	62.566	96%	
Proap Rio/bid II	37.539	26.655	71%	
Programa Favela-Bairro	34.970	17.860	51%	
Obras De Drenagem, Urbanizacao E Reurbanizacao A Cargo Da Riourbe	31.889	25.433	80%	
Projeto De Recuperacao E Educacao Ambiental	24.097	17.239	72%	
Desenvolvimento Da Informatica	23.021	17.611	77%	
Programa De Projetos Especiais Em Areas De Baixa Renda	18.481	14.858	80%	
Projetos Turisticos Especiais, A Cargo Da Empresa De Turismo Do Mirj	16.128	15.732	98%	
Restauracao E Conservacao Da Avenida Brasil	15.998	10.097	63%	
Construcao E Pavimentacao De Rodovias Do Sistema Viario Municipal Nas Ap-4 E Ap-5	14.355	12.070	84%	
<b>Número de outros programas de trabalho</b>	<b>230</b>	<b>310.668</b>	<b>232.259</b>	<b>75%</b>
<b>Total</b>	<b>240</b>	<b>592.613</b>	<b>452.250</b>	<b>76%</b>

Em R\$ mil

## LIMITES MÁXIMOS E MÍNIMOS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO

### APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

A despesa realizada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino atingiu no exercício, 31,23% do total das receitas arrecadadas de impostos e transferências.

O percentual gasto atende ao disposto no art. 212 da Constituição Federal, que preceitua uma aplicação igual ou superior a 25%.

Ressaltamos que foi deferida, em 19/07/1999, a liminar de Representação de Inconstitucionalidade nº 61/98, relativa ao art. 323 da Lei Orgânica do Município, que preceitua uma aplicação igual ou superior a 35%

O cálculo do gasto na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino em 1999 foi elaborado de acordo com o anexo à Lei de Orçamento nº 2737, de 29/12/1998, publicada no suplemento do D. O.M. nº 230 de 19/02/1999, e o art. 5º da Lei 2874, de 29/09/1999, publicado no D.O. M. nº 139 de 30/09/1999.

RECEITA ARRECADADA	
DISCRIMINAÇÃO	VALOR
<b>1. Impostos Próprios</b>	<b>1.636.468</b>
IPTU	596.289
ISS	909.314
IVVC	115
ITBI	130.750
<b>2. Transf. do Estado</b>	<b>881.432</b>
Cota-parte do ICMS	709.306
Cota-parte do IPVA	164.134
Cota-parte do IPI	7.992
<b>3. Transf. da União</b>	<b>158.571</b>
Cota-parte do FPM	41.212
Cota-parte do IRRF	97.402
Cota-parte do IPTR	42
Seguro Receita do ICMS Exportação	19.915
<b>4. Participação na Const. do Fundef</b>	<b>137.369</b>
ICMS - Valor Retido	125.172
IPI Exportação - Valor Retido	1.410
FPM - Valor Retido	7.273
Seguro Receita ICMS - Valor Retido	3.514
<b>5. Transf. Adicional FUNDEF</b>	<b>286.115</b>
<b>TOTAL DE RECEITAS (A)</b>	<b>3.099.955</b>

Em R\$ mil

<b>DESPESA LIQUIDADADA</b>	
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>VALOR</b>
<b>1. Secret. Munic. de Educação</b>	<b>613.489</b>
Pessoal Ativo Total	475.761
Custeio/Escolas/Manutenção da Rede Física	81.419
Equipamentos Escolares Total	27.798
Multirio Total	10.173
Despesa de Pessoal sem Empenho	18.338
<b>2. Secret. Munic. de Obras</b>	<b>15.080</b>
Construção/Obras em Escolas Total	14.477
Construção/Obras em Creches Total	603
<b>3. Secret. Munic. de Desenv. Social</b>	<b>34.084</b>
Educação Infantil Total	30.465
Equipamento Educação Infantil Total	546
Obras em Creches Total	3.073
<b>4. Encargos Gerais do Município</b>	<b>305.378</b>
Inativos da Educação Total	305.378
<b>TOTAL DE APLICAÇÕES (B)</b>	<b>968.031</b>
Valor Mínimo de Aplicação – 25%	774.989
<b>Percentual Aplicado na MDE (B) / (A)</b>	<b>31,23%</b>

Em R\$ Mil

#### APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

A despesa realizada com ações e serviços públicos de saúde atingiu, no exercício, 12,60 % do total das receitas arrecadadas de impostos e transferências constitucionais. O percentual gasto atende ao disposto no artigo 7º da Emenda Constitucional n.º 29 de 13/09/2000, que prevê para 2000 o gasto mínimo de 7% para os Municípios. O cálculo do gasto nas ações e serviços públicos de saúde em 2000 foi elaborado de acordo com o anexo ao Projeto de Lei n.º 2.167 de 29/09/2000 (Mensagem 341/2000), publicado no suplemento “B” ao D.C.M. 190 de 06/10/2000, página 32 – Demonstrativo n.º 12.

<b>RECEITAS ARRECADADAS</b>		<b>DESPESAS REALIZADAS</b>	
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>VALOR</b>	<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>VALOR</b>
<b>1. Impostos Próprios</b>	<b>1.636.469</b>	<b>1. Secretaria Municipal de Saúde</b>	<b>298.279</b>
IPTU	596.290	Pessoal Ativo	215.948
ISS	909.314	Material de Consumo	27.583
IVVC	115	Serviços de Terceiros	32.316
ITBI	130.750	Outras Despesas de Custeio	3.199
<b>2. Transf. do Estado</b>	<b>1.008.014</b>	Obras e Equipamentos	1.256
Cota-Parte do ICMS	834.477	Despesas de Pessoal Sem Empenho	17.977
Cota-Parte do IPVA	164.134	<b>2. Secretaria Municipal de Obras</b>	<b>2.301</b>
Cota-Parte do IPI Exportação	9.403	Unidades de Saúde a cargo da Riourb	2.301
<b>3. Transf. da União</b>	<b>145.929</b>	<b>3. Secretaria Municipal de Administração</b>	<b>51.075</b>
Cota-Parte do FPM	48.486	Inativos da Saúde	51.075
Cota-Parte do IRRF	97.402		
Cota-Parte do IPTR	42		
<b>TOTAL DE RECEITAS (A)</b>	<b>2.790.412</b>	<b>TOTAL DE APLICAÇÕES (B)</b>	<b>351.655</b>
Valor Mínimo de Aplicação – 7%			195.329
<b>PERCENTUAL APLICADO (B / A)</b>			<b>12,60%</b>

Em R\$ Mil

## DESPESA COM PESSOAL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

A Despesa Total de Pessoal (Direta e Indireta), paga no exercício de 2000, chegou a 51,91% do total da Receita Corrente arrecadada, estando dentro dos limites da Lei Complementar Federal n.º 96, de 31 de maio de 1999, que fixa um patamar máximo de 60% da Receita Corrente Líquida.

DESPESAS DE PESSOAL	DESPESAS LIQUIDADAS	
	Últimos 12 Meses	% da Receita Corrente Líquida
<b>PODER EXECUTIVO</b>		
DESPESA DE PESSOAL		
Pessoal Ativo	1.231.419	29,44%
Pessoal Ativo s/empenho	40.316	0,96%
Pessoal Inativo e Pensionistas	477.419	11,42%
(+/-) Precatórios	-	
(-) Inativos com Recursos Vinculados	-	
(-) Indenizações por Demissão	-	
Outras Despesas de Pessoal	241.290	5,77%
<b>DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (I)</b>	<b>1.990.444</b>	<b>47,59%</b>
<b>PODER LEGISLATIVO</b>		
DESPESA DE PESSOAL		
Pessoal Ativo	141.294	3,38%
Pessoal Inativo e Pensionistas	39.445	0,94%
(+/-) Precatórios	-	
(-) Inativos com Recursos Vinculados	-	
(-) Convocação Extraordinária	-	
(-) Indenizações por Demissão	-	
Outras Despesas de Pessoal	-	
<b>DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (II)</b>	<b>180.739</b>	<b>4,32%</b>
<b>DESPESA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>2.171.183</b>	<b>51,91%</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>4.182.282</b>	<b>-</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL</b>	<b>54,00%</b>	<b>-</b>
<b>LIMITE LEGAL</b>	<b>60,00%</b>	<b>-</b>

**OBS:** O Centro Internacional Riotur - Riocentro não está sendo considerado nos quadros da LRF por não se enquadrar no conceito de empresa estatal dependente.

## DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

### Introdução

De acordo com a sua Lei Orgânica, o Município do Rio de Janeiro é composto pela Administração Direta, Indireta e Fundacional. A Administração Direta compreende os órgãos sem personalidade jurídica própria dos Poderes Legislativo e Executivo. No Poder Legislativo, a Administração Direta é composta pela Câmara de Vereadores e o Tribunal de Contas do Município. Já no Poder Executivo, a Administração Direta é composta por Secretarias Municipais, Fundos Especiais, Gabinete do Prefeito, Controladoria e Procuradoria Geral do Município. A contabilidade da Administração Direta é regida pela Lei 4.320/64.

A Administração Indireta é composta pelas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista. Embora as autarquias também façam parte da Administração Indireta, sua contabilidade segue as normas da Lei 4.320/64. Já as empresas públicas e sociedades de economia mista são regidas pela Lei 6.404/76. As fundações públicas que integram a Administração Fundacional têm também sua contabilidade regida pela Lei 4.320/64.

Em 31/12/2000 o Município possuía a Câmara de Vereadores (CMRJ), o Tribunal de Contas (TCM), o Gabinete do Prefeito (GBP), a Controladoria Geral (CGM), a Procuradoria Geral (PGM), 21 Secretarias, 9 Fundos Especiais, 5 Autarquias, 9 Fundações, 8 Empresas Públicas e 4 Sociedades de Economia Mista, conforme relação a seguir:

## Secretarias

Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos - SEAE  
Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia - SEDECT  
Secretaria Especial de Integração e Acompanhamento Governamental - SEIAG  
Secretaria Especial de Monumentos Públicos - SEMP  
Secretaria Especial de Projetos Especiais - SEPE  
Secretaria Especial de Transportes - SETP  
Secretaria Especial de Turismo - SETUR  
Secretaria Municipal de Administração - SMA  
Secretaria Municipal de Cultura - SMC  
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS  
Secretaria Municipal de Educação - SME  
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer - SMEL  
Secretaria Municipal de Fazenda - SMF  
Secretaria Municipal de Governo - SMG  
Secretaria Municipal de Habitação - SMH  
Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAC  
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SMO  
Secretaria Municipal de Saúde - SMS  
Secretaria Municipal do Trabalho - SMTB  
Secretaria Municipal de Trânsito - SMTR  
Secretaria Municipal de Urbanismo - SMU

## Fundos especiais

Fundo de Conservação Ambiental - FCA  
Fundo de Desenvolvimento Econômico e Trabalho do Município do Rio de Janeiro - FUNDET  
Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF  
Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS  
Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano - FMDU  
Fundo Municipal de Habitação - FMH  
Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Fundo Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA  
Fundo Orçamentário Especial da Procuradoria Geral do Município – FOE/PGM

## Autarquias

Fundo Municipal de Desenvolvimento Social – FUNDO RIO  
Instituto de Previdência do Município do Rio de Janeiro – PREVI-RIO  
Instituto Municipal de Arte e Cultura – RIOARTE  
Superintendência Municipal de Transportes Urbanos – SMTU  
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP

## Fundações

Fundação Instituto das Águas do Município do Rio de Janeiro – RIOÁGUAS  
Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro – GEO-RIO  
Fundação Jardim Zoológico da Cidade do Rio de Janeiro - RIOZOO  
Fundação Municipal Lar Escola São Francisco de Paula - FUNLAR  
Fundação Parques e Jardins - FPJ  
Fundação Planetário da Cidade do Rio de Janeiro  
Fundação Rio  
Fundação Rio Esportes - FRE  
Instituto de Administração Pública da Cidade do Rio de Janeiro – Fundação João Goulart - FJG

## Empresas Públicas

Companhia Municipal de Conservação e Obras Públicas – RIO COP  
Companhia Municipal de Energia e Iluminação – RIO LUZ

Distribuidora de Filmes S/A – RIO FILME  
Empresa Municipal de Artes Gráficas S/A – IMPRENSA DA CIDADE  
Empresa Municipal de Informática S/A – IPLANRIO  
Empresa Municipal de Multimeios Ltda. - MULTIRIO  
Empresa Municipal de Urbanização – RIO URBE  
Empresa Municipal de Vigilância S/A - GUARDA MUNICIPAL

## Sociedades de Economia Mista

Centro Internacional Riotur S/A - RIO CENTRO  
Companhia de Engenharia e Tráfego – CETRIO  
Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB  
Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro – RIOTUR

Nesta Prestação de Contas Simplificada, é apresentada a consolidação dos balanços das entidades cuja contabilidade é regida pela Lei 4.320/64, dando assim origem aos Balanços Consolidados do Município. Para as Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista utilizou-se o método da equivalência patrimonial, de forma a ajustar os investimentos da Administração Direta nas entidades regidas pela Lei 6.404/76. Os Balanços estão demonstrados de forma consolidada, contemplando a Administração Direta, Autarquias e Fundações, gerencialmente, em milhares de reais e poderão ser apreciados nas páginas a seguir.

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário compara as previsões constantes do Orçamento com a sua execução, demonstrando, ainda sinteticamente, o Resultado Financeiro do cumprimento da Lei de Meios e das Leis que a alteraram e a complementaram. O Balanço Orçamentário de 2000, apresentado a seguir, abrange a consolidação geral da **Administração Direta e a Indireta** regidas pela Lei 4.320/64 – Fundações e Autarquias

RECEITAS	PREVISTAS	ARRECADADAS	DIFERENÇAS
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>4.320.960</b>	<b>4.522.611</b>	<b>(201.651)</b>
Tributárias	1.769.000	1.770.128	(1.128)
Contribuições	147.000	170.837	(23.837)
Patrimoniais	231.662	189.061	42.601
Serviços	62.387	8.804	53.582
Transferências Correntes	1.864.916	2.110.621	(245.705)
Outras Receitas Correntes	245.995	273.160	(27.164)
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>243.354</b>	<b>230.055</b>	<b>13.299</b>
Operações de Crédito	178.229	145.390	32.839
Alienações de Bens	17.000	152	16.847
Transferências de Capital	-	-	-
Amortização de Empréstimos	48.125	77.651	(29.526)
Outras Receitas de Capital	-	6.862	(6.862)
<b>SOMA</b>	<b>4.564.314</b>	<b>4.752.666</b>	<b>(188.352)</b>
<b>DÉFICIT DA PREVISÃO</b>	<b>459.557</b>	<b>-</b>	<b>459.557</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.023.871</b>	<b>4.752.666</b>	<b>271.205</b>

Em R\$ mil

DESPESAS	AUTORIZADAS	REALIZADAS	DIFERENÇAS
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>4.193.324</b>	<b>3.923.350</b>	<b>269.973</b>
<b>Custeio</b>	<b>2.356.468</b>	<b>2.177.722</b>	<b>178.745</b>
Pessoal e Encargos	1.165.730	1.099.256	66.474
Materiais de Consumo	223.876	188.609	35.267
Serv. de Terc. e Encargos	797.611	736.336	61.274
Outras Despesas de Custeio	169.251	153.521	15.730
<b>Transferências Correntes</b>	<b>1.836.856</b>	<b>1.745.628</b>	<b>91.228</b>
Trans. Inter. e Intra governamentais	551.267	520.301	30.965
Transf. a Pessoas	744.130	728.039	16.091
Externa	292.730	292.107	623
Outras Transferências Correntes	248.729	205.181	43.548
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>830.531</b>	<b>481.918</b>	<b>348.613</b>
Investimentos	440.432	299.603	140.829
Inversões Financeiras	232.994	46.448	186.546
Outras Transferências de Capital	90.896	69.893	21.003
Amort. da Dívida Inter. e Externa	66.209	65.974	235
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>16</b>	<b>-</b>	<b>16</b>
<b>SOMA</b>	<b>5.023.871</b>	<b>4.405.268</b>	<b>618.602</b>
<b>SUPERÁVIT DA EXECUÇÃO</b>	<b>-</b>	<b>347.398</b>	<b>(347.397)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.023.871</b>	<b>4.752.666</b>	<b>271.205</b>

Em R\$ mil

RESUMO GERAL			
Receita Arrecadada	4.752.666	Receita Prevista	4.564.314
(-) Despesa Realizada	4.405.268	(-) Despesa Fixada	5.023.871
<b>Superávit Orçam. da Execução</b>	<b>347.398</b>	<b>Déficit Orçam. da Previsão</b>	<b>(459.557)</b>

Em R\$ mil

O Balanço Financeiro é a síntese de toda a Gestão Financeira, que envolve não só a Execução Orçamentária, como o movimento de Receitas e Despesas Extra-Orçamentárias.

<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (I)</b>	<b>4.752.666</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>4.522.611</b>
Receitas Tributárias	1.770.128
Receitas de Contribuições	170.837
Receitas Patrimoniais	189.061
Receitas de Serviços	8.804
Transferências Correntes	2.110.621
Outras Receitas Correntes	273.160
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>230.055</b>
Operações de Crédito	145.389
Alienações de Bens	153
Transferências de Capital	6.862
Amortização de Empréstimos	77.651
Outras Receitas de Capital	-
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)</b>	<b>906.990</b>
Depósitos de Diversas Origens	15.957
Consignações	273.618
Outros Créditos	600.571
Outras Entidades Devedoras	-
Anulação de Despesas	733
Depósito Judicial	1.112
Seguridade Social	1.307
Contas a Receber	2.348
Contas a Pagar Indiretas	7.698
Comissão Carioca	3.646
<b>SALDOS DAS DISPONIBILIDADES EM 31/12/1999 (III)</b>	<b>871.093</b>
<b>TOTAL GERAL (I+II+III)</b>	<b>6.530.749</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (I)</b>	<b>4.261.517</b>
Legislativa	164.390
Judiciária	30.226
Administração e Planejamento	705.979
Defesa Nacional e Segurança Pública	84.938
Educação e Cultura	816.801
Habitação e Urbanismo	457.362
Indústria, Comércio e Serviços	75.607
Saúde e Saneamento	964.067
Trabalho	6.925
Assistência e Previdência	991.852
Transporte	107.163
(-) Restos a Pagar Inscritos no Exercício	(143.792)
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)</b>	<b>1.167.606</b>
Restos a Pagar - Tesouro Municipal	194.229
Restos a Pagar - Recursos das Indiretas	4.036
Restos a Pagar - Fundos Especiais	73.799
Restos a Pagar - Convênios, Projetos e Outros	18.852
Depósitos de Diversas Origens	10.789
Consignações	290.876
Outros Débitos	534.439
Outras Entidades Credoras	5
Devolução de Convênios	330
Anulação de Despesas	84
Seguridade Social	98
Depósito Judicial	32
Outros Créditos	1.333
Contas a Receber	34.765
Comissão Carioca	3.939
<b>SALDOS DAS DISPONIBILIDADES EM 31/12/2000 (III)</b>	<b>1.101.626</b>
<b>TOTAL GERAL (I+II+III)</b>	<b>6.530.749</b>

Em R\$ mil

## BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a síntese do patrimônio público passível de contabilização ou, em outras palavras, a súmula dos bens, direitos e obrigações do Município, registrados em sua contabilidade.

ATIVO		PASSIVO	
<b>FINANCEIRO</b>	<b>1.117.464</b>	<b>FINANCEIRO</b>	<b>335.809</b>
Disponível	797.740	Dívida Flutuante – Recursos Do Tesouro	206.078
Vinculado Em C/C Bancária	303.887	Dívida Flutuante – Recursos Vinculados	129.731
Realizável	15.837	<b>PERMANENTE</b>	<b>4.476.222</b>
<b>PERMANENTE</b>	<b>6.545.196</b>	Dívida Fundada Interna	4.041.213
Bens	1.054.733	Dívida Fundada Externa	435.009
Créditos	4.505.371	<b>PATRIMÔNIO</b>	<b>2.950.376</b>
Valores	985.092	<b>COMPENSADO</b>	<b>163.599</b>
<b>COMPENSADO</b>	<b>163.599</b>	<b>IMPACTO DA CONSOLIDAÇÃO</b>	<b>(99.747)</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>7.826.259</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>7.826.259</b>

Em R\$ mil

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Esta demonstração é a síntese das duas características da gestão dos negócios públicos: a **financeira**, que consubstancia o cumprimento da Lei Orçamentária e seus aditivos, e a **patrimonial**, consequência daquela, que se desenrola concomitantemente. A gestão se decompõe em: variações ativas, abrangendo a Execução Orçamentária da Receita e mutações positivas do Patrimônio; variações passivas, envolvendo a Execução Orçamentária da Despesa e mutações negativas do Patrimônio; e saldo patrimonial, equivalente à soma do saldo da Execução Orçamentária e das variações patrimoniais, que consubstancia a incidência, sobre o Patrimônio, da gestão dos negócios do Município.

<b>VARIAÇÕES ATIVAS</b>	<b>(I+II)</b>	<b>7.640.229</b>
<b>Resultantes Da Execução Orçamentária</b>	<b>(I)</b>	<b>4.968.718</b>
Receitas Orçamentárias		4.752.666
Receitas Correntes		4.522.611
Receitas Tributárias		1.770.128
Receitas De Contribuições		170.837
Receitas Patrimoniais		189.061
Receitas De Serviços		8.804
Transferências Correntes		2.110.621
Outras Receitas Correntes		273.160
Receitas De Capital		230.055
Operações De Crédito		145.389
Alienações De Bens		153
Amortizações De Empréstimos		77.651
Transferências De Capital		6.862
Mutações Patrimoniais		216.052
Aquisições De Bens Móveis/Intangíveis		20.514
Construções Ou Aquisição De Bens Imóveis		8.042
Inversões Financeiras Em Empresas Públicas		94.525
Empréstimos Concedidos		5.909
Resgates De Empréstimos Tomados		65.974
Resgates De Outras Dívidas Fundadas		8.701
Resgates De Precatórios Judiciais		12.294
Diversas		93
<b>Independentes Da Execução Orçamentária</b>	<b>(II)</b>	<b>2.671.511</b>
Reversão De Provisões		1.120.315
Inscrição/Atualização Monetária Da Dívida Ativa/Avulsa		803.461
Acréscimos De Almoxarifados		300.755
Atualização Monetária S/ Empréstimos Tomados		130.919
Incorporações De Bens Imóveis/Móveis/Intangíveis		58.366
Cancelamentos De Restos A Pagar		35.682
Fundo De Liquidez Da Dívida Pública		32.511
Cancelamentos De Precatórios Judiciais		365
Outros Créditos		1.474
Inscrição De Contas A Receber		1.942
Incorporações Do Poder Legislativo		147
Baixa Da Depreciação Bens Imóveis		67
Valorização De Títulos E Valores Mobiliários		136.514
Particip. No Capital De Emp. Púb. E Soc. De Econ. Mista		7
Outras Variações		39.446
Reavaliação De Bens/Ajuste De Cor. Monetária		9.540
<b>Total Geral</b>	<b>(I+II)</b>	<b>7.640.229</b>

Em R\$ mil

<b>VARIAÇÕES PASSIVAS</b>	<b>(I+II)</b>	<b>6.887.342</b>
<b>Resultantes Da Execução Orçamentária</b>	<b>(I)</b>	<b>4.673.473</b>
Despesas Orçamentárias		4.405.268
Despesas Correntes		3.923.349
Despesas De Custeio		2.908.170
Transferências Correntes		1.015.179
Despesas De Capital		481.919
Investimentos		299.604
Inversões Financeiras		46.448
Amortizações Da Dívida Interna E Externa		65.974
Outras Transferências De Capital		69.893
Mutações Patrimoniais		268.205
Alienações De Bens Imóveis		149
Cobranças Da Dívida Ativa		89.855
Recebimentos De Empréstimos		268
Empréstimos Tomados		177.406
Recebimentos De Aluguéis/Contas A Receber		527
<b>Independentes Da Execução Orçamentária</b>	<b>(II)</b>	<b>2.213.869</b>
Provisões		1.101.522
Cancelamento De Dívida Ativa/Avulsa		24.233
Baixa De Almoxarifados		282.083
Atualiz. Monetária / Oper. Internalizadas De Empréstimos Tomados		423.738
Baixa De Bens Imóveis/Móveis/Intangíveis		18.384
Reinscrições De Restos A Pagar		254
Fundo De Liquidez Da Dívida Pública		9.856
Inscrição De Precatórios Judiciais		19.831
Baixa De Contas A Receber		1.941
Incorporações Do Poder Legislativo		677
Depreciação/Amortização - Imóveis/Móveis/Intangíveis		27.439
Inscrição E Atualização Monetária De Outras Dívidas		8.323
Particip. No Capital De Emp. Púb. E Soc. De Econ. Mista		118.324
Despesas Sem Empenho		113.701
Atualização De Depósitos De Diversas Origens		4.700
Devolução De Convênios		266
Outras Variações		58.597
<b>Resultado Patrimonial</b>	<b>(III)</b>	<b>752.887</b>
Superávit Verificado No Exercício		752.887
<b>Total Geral</b>	<b>(I+II+III)</b>	<b>7.640.229</b>

Em R\$ mil

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Na Administração Direta, nas Autarquias e nas Fundações foram utilizados os critérios de avaliação dos elementos patrimoniais e as práticas contábeis estabelecidas pela Lei 4.320/64, enquanto que nas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista foram seguidas as determinações da Lei 6.404/76, sendo que em todas as instituições procurou-se respeitar os princípios fundamentais de contabilidade.

Na Administração Direta as principais práticas contábeis foram as seguintes:

### ☞ Classificação de Ativos e Passivos Financeiros

Foram lançados pelo valor nominal e nas respectivas contas estão registrados, não só os valores decorrentes da execução orçamentária, cuja realização ou pagamento no exercício seguinte independe de autorização legislativa nos termos do § 3º do artigo 105 da Lei Federal 4.320/64, como também os que não decorreram de execução orçamentária conforme item m desta nota.

### ☞ Aplicações Financeiras e Fundo de Liquidez da Dívida Pública

As aplicações financeiras estão registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos até a data do balanço.

O Fundo de Liquidez é um fundo contábil, criado pelo Decreto n.º 3.525 de 4 de junho de 1982, conforme autorização consignada no artigo 4º da Lei n.º 285, de 16 de novembro de 1981. Este fundo opera com recursos gerados com a negociação de títulos e aplicações no mercado financeiro de recursos disponíveis no Tesouro.

### ☞ Cheques em Trânsito

Refere-se à provisão para os cheques entregues a fornecedores e ainda não descontados nos bancos, pelo valor nominal.

### ☞ Almojarifados

Estão demonstrados pelo preço médio ponderado móvel das compras estocadas, em 31/12/2000, nos almojarifados de cada órgão.

### ☞ Dívida Ativa

As inscrições, atualizações e cancelamentos por processo, do exercício de 2000, foram contabilizados com base nos relatórios da Procuradoria Geral do Município. As baixas por pagamento, do exercício de 2000, foram contabilizadas de acordo com os relatórios de arrecadação do Tesouro Municipal.

### ☞ Investimentos

Os investimentos em empresas controladas pelo Município estão avaliados em 31/12/2000 com base no valor percentual de participação no patrimônio líquido destas empresas. Tal procedimento, consistente com o adotado no exercício anterior, impactou o resultado do exercício com decréscimo na ordem de R\$ 118.312.639,10 (cento e dezoito milhões, trezentos e doze mil, seiscentos e trinta e nove reais e dez centavos). CMSNSNCEENTO E DEZOITO

### ☞ Bens Móveis

Do Poder Legislativo estão registrados pelo custo histórico. Do Poder Executivo estão registrados pelo custo de aquisição corrigidos monetariamente até 31/12/1999, nos termos do art. 55 das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Município, deduzidos pela depreciação acumulada, até a data do encerramento do exercício.

### ☞ Bens Imóveis

Estão registrados pelo custo de aquisição e/ou reavaliação, corrigidos monetariamente até 31/12/1999, nos termos do art. 55 das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Município, deduzidos pela depreciação acumulada, até a data do encerramento do exercício.

#### ☞ Dívida Fundada Interna e Externa

Estão atualizadas pela variação monetária e cambial respectivamente até a data do balanço nos termos do inciso I do Art. 106 da Lei Federal 4.320/64. Em função do disposto no artigo 29 da Lei Complementar n.º 101/2000, algumas dívidas que estavam ainda no passivo financeiro no exercício anterior foram reclassificadas para a dívida fundada, conforme demonstrado nos quadros 1.14 e 1.16.

#### ☞ Provisão para Precatórios

Neste exercício foi constituída provisão para precatórios com base na informação da Procuradoria Geral do Município no valor de R\$ 19.830.690,00 (dezenove milhões, oitocentos e trinta mil e seiscentos e noventa), tendo sido estornado o saldo da provisão realizada no exercício anterior.

#### ☞ Realização da Despesa e da Receita

Nos demonstrativos orçamentários estão sendo registradas como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício, nos termos do Art. 35 da Lei 4.320/64. Nos demonstrativos financeiros e patrimoniais estão sendo registradas também as despesas ocorridas no exercício, que não foram executadas orçamentariamente, conforme item m desta nota. De acordo com o disposto no Art. 100 da citada Lei, as alterações da situação líquida patrimonial estão sendo registradas a conta de variações patrimoniais.

#### ☞ Balanço Consolidado

Visando atender ao disposto no parágrafo único do artigo 110, da Lei 4.320/64, as demonstrações contábeis da administração indireta, regidas pela citada Lei, foram consolidadas com as da administração direta, constituindo assim o Balanço Geral do Município. Tal procedimento gerou alguns ajustes nas demonstrações, conforme detalhamento nos quadros complementares do item 3, que apresentam as demonstrações de consolidação dos balanços da Administração Direta com as Autarquias e Fundações.

#### ☞ Despesas de Competência 2000 sem Execução Orçamentária no Exercício

Foi constatada a realização de despesas sem a respectiva execução orçamentária durante o exercício, conforme quadro abaixo:

<b>Despesas Sem Execução</b>	<b>Total Pago</b>	<b>Total a Pagar</b>	<b>Total Geral</b>
Despesas de Pessoal	12.211.608,39	28.104.310,58	40.315.918,97
Outras Despesas Correntes	-	64.704.421,03	64.704.421,03
Despesas de Capital	-	6.838.701,73	6.838.701,73
<b>Total Geral</b>	<b>12.211.608,39</b>	<b>99.647.433,34</b>	<b>111.859.041,73</b>

Como a contabilidade evidencia todos os fatos que possam alterar o patrimônio da Entidade, as despesas sem execução orçamentária no exercício foram registradas nas contas de Variações Passivas Independentes da Execução Orçamentária, já impactando desta forma o resultado do exercício.

Enquanto aguardam a apuração final das tomadas de contas, as despesas sem execução orçamentária foram registradas também:

- no Ativo e Passivo Compensados, se já pagas durante o exercício de 2000; e
- no Passivo Financeiro como Despesas a Pagar, se ainda não pagas durante o exercício de 2000.

Utilizando-se critérios da ABOP – Associação Brasileira de Orçamento Público, para avaliação de aspectos da execução do orçamento, é estabelecido preliminarmente para as Funções de Governo e logo após para as diversas secretarias, o índice **Planejamento, Programação e Despesa (PPD)**,

Avaliação		Varição positiva ou negativa
	Ótimo	abaixo de 2,5%.
	Bom	de 2,5% a 5%.
	Regular	de 5 a 10%.
	Deficiente	de 10 a 15%.
	Altamente deficiente	acima de 15%.

que estabelece a comparação entre a dotação orçamentária inicial e o valor respectivo executado e o índice **Capacidade Operacional Financeira (COF)** que estabelece a comparabilidade entre a dotação orçamentária final (após acréscimos e cancelamentos gerados por créditos adicionais) e o valor respectivo executado. Para o grupamento de receitas é apresentado o índice **Trabalho de Previsão de Receita (TPR)**, que demonstra a comparação entre a previsão da receita com sua realização. A ABOP estabeleceu os seguintes conceitos para os referidos indicadores TPR, PPD e COF:

### Classificação do Índice por Função de Governo

Funções	DESPESAS			PPD		COF	
	Orçado Inicial	Atualizações	Empenhado	%	Conceito	%	Conceito
Administração e Planejamento	878.892	901.319	869.874	-1,0%		-3,5%	
Assistência e Previdência	259.256	290.742	234.636	-9,5%		-19,3%	
Def. Nacional e Seg. Pública	88.255	86.379	84.938	-3,8%		-1,7%	
Educação e Cultura	1.129.049	1.226.921	1.116.142	-1,1%		-9,0%	
Habituação e Urbanismo	432.261	479.246	455.282	5,3%		-5,0%	
Indústria, comércio e Serviços	63.031	76.659	75.607	20,0%		-1,4%	
Judiciária	30.866	30.705	30.226	-2,1%		-1,6%	
Legislativa	206.223	208.104	201.776	-2,2%		-3,0%	
Saúde e Saneamento	974.597	1.149.494	1.015.079	4,2%		-11,7%	
Trabalho	14.982	10.870	6.925	-53,8%		-36,3%	
Transporte	79.240	117.903	104.524	31,9%		-11,3%	
Total Função	4.156.752	4.578.358	4.195.009	0,9%		-8,4%	

### Classificação do Índice por Rubrica

Rubricas	RECEITA		TPR	
	Previsão Inicial	Realizado	%	Conceito
Tributária	1.769.000	1.770.128	0,1%	
Patrimonial	131.383	103.721	-21,1%	
Serviços	177	744	320,2%	
Transferências Correntes	1.861.855	2.108.387	13,2%	
Outras Correntes	238.936	262.922	10,0%	
Operações de Crédito	153.229	145.389	-5,1%	
Alienação de Bens	2.000	153	-92,4%	
Amortização Empréstimos	171	268	56,4%	
Transferência Capital	-	6.862	100,0%	

## Classificação do Índice por órgão

Órgãos	DESPEASAS			PPD		COF	
	Orçado Inicial	Atualizações	Empenhado	%	Conceito	%	Conceito
Câmara Municipal	129.715	126.715	123.265	-5,0%		-2,7%	
Tribunal de Contas	38.775	41.655	41.079	5,9%		-1,4%	
Sec. de Cultura	62.448	90.318	84.658	35,6%		-6,3%	
Sec. Desenv. Social	111.328	109.110	96.435	-13,4%		-11,6%	
Sec. Educação	655.354	734.440	646.370	-1,4%		-12,0%	
Sec. Habitação	166.044	206.233	160.293	-3,5%		-22,3%	
Sec. Meio Ambiente	43.372	56.052	46.689	7,6%		-16,7%	
Sec. Obras	279.631	313.565	263.071	-5,9%		-16,1%	
Sec. Saúde	786.721	967.915	868.895	10,4%		-10,2%	
Sec. Trabalho	15.233	11.303	7.298	-52,1%		-35,4%	
Sec. Trânsito	38.574	54.552	51.723	34,1%		-5,2%	
Sec. Transporte	663	573	560	-15,5%		-2,2%	
Sec. Turismo	234	229	193	-17,4%		-15,6%	
Sec. Urbanismo	29.992	29.715	28.756	-4,1%		-3,2%	
Sec. Esportes e Lazer	37.631	58.209	57.250	52,1%		-1,6%	
Sec. Monumentos Públicos	564	619	533	-5,5%		-13,9%	
Controladoria Geral	15.788	15.964	14.490	-8,2%		-9,2%	
Gabinete do Prefeito	426.005	469.525	460.056	8,0%		-2,0%	
Procuradoria Geral	44.386	44.225	38.063	-14,2%		-13,9%	
Sec. Governo	13.081	13.198	12.745	-2,6%		-3,4%	
Sec. de Administração	596.533	595.498	573.703	-3,8%		-3,7%	
Sec. de Assunt. Estratégicos	1.019	735	693	-32,0%		-5,8%	
Sec. Fazenda	92.713	91.584	84.717	-8,6%		-7,5%	
Sec. Projetos Esp.	389	447	356	-8,5%		-20,3%	
Sedect	1.928	1.788	1.776	-7,9%		-0,7%	
Encargos Gerais	567.629	544.189	531.342	-6,4%		-2,4%	
<b>Total</b>	<b>4.155.752</b>	<b>4.578.358</b>	<b>4.195.009</b>	<b>0,9%</b>		<b>-8,4%</b>	

## EQUIPES DE ELABORAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SIMPLIFICADA 2000

### ASSESSORIA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS

Christiano Lacerda Ghuerrren  
Geraldo de Abreu Jr.  
Henrique Luiz Cukierman  
Isabela Rebouças Chaves  
José Luiz Ribeiro de Brito  
Marcelo Cardoso Paes de Loureiro  
Marcos Mizurine  
Raquel de Souza  
Simone Canéro C. de Albuquerque  
Suely Gonçalves  
Terezinha A.C. e A. Magalhães

### EQUIPE

Adilson Paulino da Silva  
Adriana Cristina Camões Brandão  
Aline Ferreira da Silva Teixeira  
Amanda Sheila Ferreria Fontoura  
Aurélia de Jesus  
Barbara Rigo de Carvalho  
Carlos Maurício Borup de Bakker  
Cesar Maurício Gomes Soares  
Cláudio Dias  
Clivaldo Guimarães Paes  
Elizabeth Coo Moledo  
Elsa Moreira da Silva  
Eunice Souza Sorrilha de Carvalho  
Gabriela Mendonça de Oliveira  
Heron Alexandre Moraes Rodrigues  
Ivanilde dos Santos  
Janete Prudente Gomide  
João Carlos Correia da Rocha  
José Augusto Vieira Campos  
José Paulo de Menezes Júnior  
Laerce Constância de Carvalho  
Leonardo Soares Bensabat  
Luiz Carlos dos Santos Azevedo  
Márcia Maria Alves Pinheiro  
Marcio Martins Loureiro  
Maria das Graças Maia Cordeiro  
Nádia da Silva de Oliveira  
Nilcéa Regina Leal  
Nilo Barreto Gomes Filho  
Osmário Moreira da Silva  
Paulo da Silva Andrade  
Regina da Cruz Ribeiro  
Rita de Cássia Pinheiro de Santilhana  
Roberto Miguel Pereira  
Rosângela Pereira Ramos  
Sandra Maria Moretenson Mota  
Sebastião Machado de Carvalho  
Sidney de Oliveira  
Vanessa da Silva Quito Antunes  
Vânia Ribeiro Pellizzaro  
Vânia Rodrigues de Souza  
Vera Lúcia de Vasconcellos Costa Mattos  
Wanise de Melo Pinheiro

### CONTADORIA

**Coordenadora de Contabilidade**  
Angela de Arezzo Meireles  
**Coordenador de Consolidação e Análise de Balanços**  
Arcelio Dutra de Brito  
**Gerente de Pesquisa e Desenvolvimento Contábil**  
Antônio Cesar Lins Cavalcanti  
**Gerente de Registros Contábeis**  
Maria de Fátima Gouveia  
**Gerente de Revisão e Análise de Contas**  
Nádia Assunção Fernandes Neves

### GERÊNCIAS SETORIAIS DE CONTABILIDADE E AUDITORIA

Aderaldo de Castro Lira Filho – SMS  
Alice Aguiar Velasco – SMF  
Antonia Moreira Rodrigues – SMG/GBP/CGM  
Carlos Alberto Correia da Silva – SMO  
Clementina da Cunha Carvalho – SMA/SEAE  
Denise Segreto G. de Oliveira – SMU/SMTB  
Edmilson Aguiar de Souza Filho – SMEL  
Jorge Willian Ponzo Mathias – SMH  
Márcia Cristina Dias Rodrigues Braga – SMTR/SETP  
Marco Antônio Ferreira – SMC/SETUR  
Ralph Tinoco Braga – SME  
Rosane Affonso – PGM  
Rosângela de Fátima Dias dos Santos Silva – SMDS  
Therezinha J. de Oliveira – SEDECT/SMAC/SEPE/SEMP

### GERÊNCIAS DE CONTABILIDADE DO PODER LEGISLATIVO

Sandra Maria de S. Azevedo – TCMRJ  
Luís Carlos de Souza Moreira Filho – CMRJ

### EQUIPE IPLANRIO DO SISTEMA FINCON

Jorge Olintho de Souza Lopes  
José Roberto de Souza Almeida  
Luiz Carlos Miranda Martins  
Paulo Roberto Monteiro Chaves